



Ministério da Educação
Universidade Federal do ABC



Projeto Pedagógico do Curso

Bacharelado em Planejamento Territorial



São Bernardo do Campo
2022

Reitor da UFABC

Prof. Dr. Dácio Roberto Matheus

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Fernanda Graziella Cardoso

Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Marcos Vinicius Pó

Coordenação do Bacharelado em Planejamento Territorial

Profa. Dra. Guadalupe M. J. Abib de Almeida (Coordenadora)

Profa. Dra. Katia Canil (Vice-Cordenadora *in memoriam*)

Profa. Dra. Mariana Mencio (Vice-Cordenadora)

Prof. Dr. André Buonani Pasti

Profa. Dra. Angela Fushita

Profa. Dra. Flavia da Fonseca Feitosa

Prof. Dr. Leonardo Freire Mello

Profa. Dra. Luciana R. F. C. Travassos

Profa. Dra. Patricia Maria de Jesus

Profa. Dra. Rosana Denaldi

Profa. Dra. Thais Tartalha do Nascimento Lombardi

Equipe de Trabalho

Prof. Dr. André Buonani Pasti

Profa. Dra. Angela Fushita

Profa. Dra. Beatriz Tamasso Miotto

Profa. Dra. Flavia da Fonseca Feitosa

Profa. Dra. Guadalupe M. J. Abib de Almeida

Profa. Dra. Luciana R. F. C. Travassos

Profa. Dra. Mariana Mencio

Profa. Dra. Rosana Denaldi

Profa. Dra. Silvana Zioni

Dados da instituição.....	6
Dados do curso.....	6
Atos legais.....	6
Apresentação.....	7
A Universidade Federal do ABC (UFABC).....	7
1. Perfil do Curso.....	10
1.1. Justificativa de Oferta do Curso.....	10
1.2. A Proposta Pedagógica da UFABC: Uma Oportunidade para a Implantação do Bacharelado em Planejamento Territorial.....	14
2. Objetivos do Curso.....	16
2.1. Objetivo Geral.....	16
2.2. Objetivos Específicos.....	16
3. Requisito de Acesso.....	17
3.1. Forma de Acesso ao Curso.....	17
3.2. Regime de Matrícula.....	17
4. Perfil do Egresso.....	19
5. Organização Curricular.....	21
5.1. Fundamentação Legal.....	21
5.2. Referenciais curriculares.....	23
5.3. Regime de Ensino.....	23
5.4. Estratégias Pedagógicas.....	28
5.5. Apresentação Gráfica de um Perfil de Formação.....	29
5.6. Oferta de disciplinas em formato especial e intensivo.....	34
6. Ações Acadêmicas Complementares à Formação.....	35
6.1. Programas e Projetos de Assistência Estudantil, acompanhamento e Monitoria.....	35
6.2. Ensino, Pesquisa e Extensão.....	36
6.3. Outras Ações Acadêmicas Complementares.....	39
7. Ações de Extensão.....	40
8. Atividades Complementares.....	43
9. Estágio Curricular.....	44
10. Trabalho de Conclusão de Curso.....	45
11. Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem.....	46
11.1 Definições dos coeficientes.....	47
11.2. Frequência.....	47

11.3. Avaliação.....	47
11.4 Critérios de recuperação.....	47
11.5. Critérios de desligamento.....	48
12. Infraestrutura.....	49
12.1. Os Laboratórios.....	49
12.2 Sistema de Bibliotecas – SISBI.....	50
12.3 Tecnologias digitais.....	51
12.3 Acessibilidade.....	53
13. Docentes.....	54
13.1. Corpo docente credenciado.....	54
13.2. Núcleo Docente Estruturante.....	56
14. Sistema de Avaliação do Projeto do Curso.....	57
15. Disciplinas.....	58
16. Informações Complementares.....	60
16.1. Síntese de capacidades e habilidades a serem desenvolvidas em cursos de planejamento, segundo a AESOP (2010).....	60
Documentos Complementares.....	62

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC

CNPJ: 07.722.779/0001-06

Lei de Criação: Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005, publicada no DOU em 27 de julho de 2005, alterada pela Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015, publicada no DOU em 26 de março de 2015.

DADOS DO CURSO

Curso: Bacharelado em Planejamento Territorial

Diplomação: Bacharel em Planejamento Territorial

Carga horária total do curso: 2784 horas

Tempo mínimo e máximo para integralização: de acordo com a Resolução ConsEPE nº 166, de 08 de outubro de 2013¹

Estágio: Não obrigatório

Turno de oferta: Matutino e Noturno

Número total de vagas: 76 (matutino 38 e noturno 38)

Campus de oferta: São Bernardo do Campo (SP)

ATOS LEGAIS

- Resolução ConsUni nº 79, de 31 outubro de 2011 - Aprova a criação do curso de formação específica Bacharelado em Planejamento Territorial².
- Resolução ConsEPE nº 143, de 29 de novembro de 2012 - Aprova o projeto pedagógico do Bacharelado em Planejamento Territorial (2011).³
- Resolução ConsEPE nº 214, de 24 de novembro de 2016 - Aprova o projeto pedagógico do Bacharelado em Planejamento Territorial (2017)⁴
- Portaria Ministério da Educação nº 1.109 de 25 de outubro de 2017 – Reconhecimento do Curso⁵

¹ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consepe-no-166-revoga-e-substitui-a-resolucao-consep-no-44>. Acesso em 10 julho de 2021.

² Disponível em <https://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consuni/resolucoes/resolucao-consuni-no-79-19102011-aprova-a-criacao-do-curso-de-formacao-especifica-qbacharelado-em-planejamento-territorialq>. Acesso em 10 julho de 2021.

³ Disponível em <https://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consepe-no-143-aprova-o-projeto-pedagogico-do-bacharelado-em-planejamento-territorial>. Acesso em 10 julho de 2021.

⁴ Disponível em <https://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao-214-aprova-a-revisao-do-projeto-pedagogico-do-bacharelado-em-planejamento-territorial.pdf>. Acesso em 10 julho de 2021.

APRESENTAÇÃO

Este documento atualiza o Projeto Pedagógico de Curso (PPC 2017) do Bacharelado em Planejamento Territorial (BPT), adequando-o ao projeto pedagógico do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H) vigente a partir de 2020, assim como às instruções do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de 2017 da UFABC⁶, ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)⁷, e à Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A Universidade Federal do ABC (UFABC)

No ano de 2004, o Ministério da Educação encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3962/2004 que previa a criação da Universidade Federal do ABC (UFABC). Após a tramitação nas casas legislativas, a Lei foi sancionada pelo Presidente da República e publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2005, como Lei nº 11.145 de 26 de julho de 2005, posteriormente modificada pela Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015.

O projeto de criação da UFABC ressalta a importância de uma formação integral, que inclui a visão histórica da nossa civilização e privilegia a capacidade de inserção social no sentido amplo. Leva em conta o dinamismo da ciência propondo uma matriz interdisciplinar para formar os novos profissionais com um conhecimento mais abrangente e capaz de transitar com desenvoltura pelas várias áreas do conhecimento científico, tecnológico e cultural.

De acordo com o último Plano Nacional de Educação – PNE, o programa de ampliação do ensino superior tem como meta o atendimento de pelo menos 50% de jovens da faixa etária entre 18 a 24 anos até o final da década de 2020. Durante os últimos vinte anos em que muitos processos e eventos políticos, sociais, econômicos e culturais marcaram a história da educação no Brasil, a comunidade da região do ABC, amplamente representada por seus vários segmentos, esteve atuante na luta pela criação de uma Universidade pública e gratuita nesta região e a Universidade Federal do ABC - UFABC é o projeto concretizado após todo esse esforço.

No contexto da macropolítica educacional, a região do ABC apresenta grande demanda por ensino superior público e gratuito. A demanda potencial para suprir o atendimento do crescimento da população de jovens já é crítica considerando que a região possui – de acordo com os dados disponíveis em 2014 – mais de 2,6 milhões de habitantes e 103.000 matrículas no Ensino Superior, distribuídas em pouco mais de 30 Instituições de Ensino Superior. Destas, 1% estava na rede Federal, 1% na rede Estadual, 20% na rede Municipal, 27% na rede comunitária, confessional e filantrópica e 51% na rede particular.

Com a exceção de uma pequena porcentagem de instituições que desenvolvem atividades de pesquisa, a grande maioria se dedica apenas ao ensino. A UFABC visa, precisamente, contribuir

⁵ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2018-pdf/80861-atos-outubro-17-seres-pdf/file>. Acesso em 10 julho de 2021.

⁶ Disponível em http://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projeto-pedagogico-institucional.pdf. Acesso em 10 julho de 2021.

⁷ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em 10 julho de 2021.

para preencher a lacuna de oferta de educação superior pública na região, potencializando o desenvolvimento regional por meio da oferta de quadros de formação superior e pelo desenvolvimento de pesquisa e extensão integradas às demandas locais, mas também aos grandes desafios postos ao mundo da ciência mais amplamente.

A UFABC é uma Universidade multicampi, atualmente em funcionamento com o campus de Santo André e o campus de São Bernardo do Campo.

A UFABC tem por missão definida em seu Projeto Pedagógico Institucional:

“Promover o avanço do conhecimento através de ações de ensino, pesquisa e extensão, tendo como fundamentos básicos a interdisciplinaridade, a excelência e a inclusão social.”

Para cumprir essa missão a Universidade:

- compromete-se com a formação de profissionais de nível superior científica e tecnicamente competentes e qualificados para o exercício de suas funções, conscientes dos compromissos éticos, da necessidade da defesa dos direitos humanos, da superação das desigualdades sociais e do desenvolvimento sustentável;
- assume o compromisso com o progresso do conhecimento através dos métodos científicos, respeitando os princípios éticos subjacentes a toda investigação científica e produção tecnológica, colocando-os disponíveis à sociedade;
- engaja-se na solução dos problemas sociais e no desenvolvimento econômico e industrial do país, dentro de suas competências e disponibilidades;
- obedece aos princípios da não separação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; e do ensino público e gratuito, sem discriminação de raça, religião, gênero ou de qualquer outra natureza;
- procura desenvolver temas de atuação multidisciplinar e interdisciplinar, com a perspectiva de formação integrada em diversas áreas do conhecimento;
- busca promover o intercâmbio de conhecimentos pela constante interação entre seus docentes e discentes com pesquisadores e outras instituições no Brasil e no exterior;
- propõe-se a contribuir com a formação tanto inicial como continuada de professores para a educação básica, promovendo uma formação que abarque o campo pedagógico, a interdisciplinaridade e o estudo em áreas específicas do conhecimento;
- visa promover a educação integral, que articula a formação humanística com o avanço do conhecimento, por meio da pesquisa científica;
- privilegia a difusão do conhecimento para o público em geral e a promoção de ações de educação continuada.

Assim, a atuação acadêmica da UFABC se dá no âmbito de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, visando à formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos solicitados pelo progresso da sociedade brasileira, bem como na promoção e estímulo à pesquisa científica, tecnológica e a produção de pensamento original no campo das ciências e da tecnologia. Ainda,

um importante diferencial da UFABC, que evidencia a preocupação da Universidade com a qualidade é seu quadro docente composto exclusivamente por doutores contratados em Regime de Dedicção Exclusiva. Outro ponto a ser destacado é também seu quadro técnico, composto por profissionais aprovados em rigorosos e concorridos processos seletivos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFABC para o período de 2013 a 2022, refletindo o Projeto Pedagógico Institucional, elenca como fundamentos conceituais da instituição:

- Ética e respeito, como condições imprescindíveis para o convívio humano e profissional;
- Excelência acadêmica, abrangendo excelência em pesquisa, ensino, extensão e gestão;
- Interdisciplinaridade, considerada como uma efetiva interação entre as áreas do conhecimento, diferente da multidisciplinaridade;
- Inclusão social, praticada tanto como um ato de responsabilidade e solidariedade quanto como um processo ativo de identificação e desenvolvimento de talentos.

A concepção da UFABC se deu sobre uma proposta inovadora caracterizada por uma matriz interdisciplinar para formar novos profissionais com uma base mais abrangente e capaz de transitar com desenvoltura pelas várias áreas do conhecimento científico, tecnológico e cultural, adquirindo também formação específica de excelência. Os discentes são encorajados a se tornarem responsáveis pelo seu desenvolvimento, a assumir riscos e aceitar desafios, amparados por uma estrutura inclusiva de Pesquisa, Ensino e Extensão.

Para atingir seus objetivos, a organização do Ensino na UFABC é caracterizada: (i) pelo ingresso na graduação pelos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares, com opção de escolha posterior do curso de formação específica; (ii) pela ausência de departamentos; (iii) por um sistema quadrimestral de ensino; (iv) por uma organização curricular flexível, valorizando o estudo autônomo e enfatizando o protagonismo e a responsabilidade do discente e da discente na construção da própria trajetória acadêmica e de sua educação continuada; (v) e pelo compartilhamento de disciplinas entre cursos, que permite ao grupo discente aproveitar conteúdos cursados para a integralização de mais de um curso, promovendo também a interdisciplinaridade e a otimização de recursos físicos e humanos.

O Bacharelado em Planejamento Territorial (BPT) é um dos cursos de formação específica da área de Ciências Humanas e Sociais, e está vinculado ao Bacharelado Interdisciplinar de Ciências e Humanidades (BC&H).

1. PERFIL DO CURSO

O curso de Bacharelado em Planejamento Territorial (BPT) está organizado a partir de uma abordagem interdisciplinar, a qual permite uma formação que transita por assuntos pertinentes à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento social, econômico e institucional, fundamentais para a compreensão crítica das relações socioespaciais e das questões de planejamento e gestão territorial. Ou seja, a formação necessária para capacitar o aluno a atuar no enfrentamento das complexas questões do planejamento e gestão territorial emergentes, que caracterizam o atual contexto de desenvolvimento e urbanização.

Nesse sentido, o BPT se apoia em três planos de conhecimento, compreensão e habilidades:

- dinâmicas territoriais brasileiras, como o principal âmbito de atuação;
- redes técnicas, seus territórios e processos de organização;
- diferentes escalas espaciais onde se dão as práticas do planejamento e gestão.

O BPT guarda afinidades e articulações com algumas formações e bacharelados da UFABC, tais como Políticas Públicas, Ciências Econômicas, Engenharia Ambiental e Urbana, Engenharia de Gestão e Relações Internacionais, cujos conteúdos compõem elementos essenciais para a reflexão sobre os processos de produção social do espaço, bem como as bases técnicas e científicas do planejamento territorial. No entanto, por reconhecer essas afinidades, o curso visa também uma formação orientada para as experiências e práticas do planejamento, as quais exigem do profissional diversas habilidades para a sua atuação, como a mediação de conflitos e visão estratégica, ou seja, capacidade de gestão, comunicação e avaliação.

O desenvolvimento de habilidades multifuncionais, cultura abrangente, conhecimentos ampliados e criatividade, dão condições ao aluno para obter uma formação acadêmica que o capacita para atuar com planejamento e gestão territorial. O setor empresarial, as organizações governamentais e não governamentais, os movimentos sindicais, sociais e culturais, constituem áreas de trabalho do profissional com formação em Planejamento Territorial, além das possibilidades de acesso ao serviço público brasileiro, municipal, estadual ou federal.

Assim, após a conclusão no BC&H, o aluno poderá optar pela continuidade de formação em graduação no BPT. Aliado ao conhecimento de teorias e metodologias de planejamento, ordenação e gestão do território, o curso busca traçar percursos de formação interrelacionadas e abrangentes, de modo a desenvolver tanto as habilidades necessárias para tratar de aspectos político-institucionais de intervenções espaciais, quanto à capacitação para as práticas prospectivas de desenvolvimento territorial.

1.1. Justificativa de Oferta do Curso

A implantação na UFABC da formação de graduação em Planejamento Territorial, ainda inédita no Brasil, justifica-se por diversos aspectos que orientaram e fundamentaram a consolidação do PPC.

Os aspectos relacionados para justificar o projeto compreendem: (i) a condição atual mundial e brasileira de grandes transformações territoriais oriundas da urbanização e globalização; (ii) o déficit na formação de nível superior no Brasil na área de planejamento urbano e regional voltados tanto para a área pública, mercado e organizações; (iii) as regulamentações profissionais relacionadas à área de planejamento e gestão dos territórios; (iv) o papel e o potencial da UFABC para pôr em prática inovações institucionais no campo do ensino superior brasileiro. Esses aspectos são descritos nos tópicos a seguir.

A criação de um Bacharelado em Planejamento Territorial está também alinhada com a tendência internacional de inovar na formação de profissionais responsáveis pelo planejamento das áreas rurais, das cidades e das (macro, meso e micro) regiões. As universidades internacionais de ponta têm procurado ampliar as habilidades e competências destes profissionais, tradicionalmente enraizadas no campo da engenharia, da arquitetura e da geografia, com áreas de conhecimento como a economia, as ciências ambientais, as ciências sociais e humanas e a ciência política. Esta formação prepara o profissional para uma aprendizagem contínua ao deparar-se com as rápidas transformações socioeconômicas, demográficas, ambientais e tecnológicas que moldam os territórios no século XXI⁸.

1.1.1. Globalização e Urbanização: Os Desafios para o Planejamento e Gestão dos Territórios

Os processos socioeconômicos oriundos da globalização definiram novas formas de articulação entre cidades, regiões e nações, reconfigurando os territórios na rede global. O aumento da mobilidade de pessoas, de informações, de mercadorias e de capitais, característicos dessa nova fase de desenvolvimento capitalista, modificou a base econômica de cidades, regiões e países. A maior mobilidade do capital e das empresas leva a uma competição explícita entre os lugares, em diversas escalas, que são vistos agora também com a função estratégica de propiciar um bom ambiente para fazer negócios, explorar e criar possibilidades de desenvolvimento.

As mudanças oriundas da globalização repercutiram também nas formas de organização do espaço, tanto urbano como rural, assim como nas cidades entre si, sejam as localizadas em aglomerações metropolitanas ou não. A organização dos espaços tende para configurações cada vez mais expandidas, ou até mesmo difusas, em redes urbanas e produtivas. O crescimento espacial das metrópoles, por exemplo, já não se realiza apenas por dilatação concêntrica, mas também pela integração de áreas cada vez mais afastadas, formadas por cidades periféricas, aglomerados destinados à habitação, ao emprego ou à produção de mercadorias. Essa condição aumenta a descontinuidade espacial e dificulta a definição clara entre as fronteiras do que é urbano ou rural.

O planejamento territorial é visto para além do ordenamento e controle do crescimento de cidades, e sim como fundamental da política de desenvolvimento, tanto do ponto de vista do estado, como do mercado e das organizações. Dentre outras questões, para o Estado é

⁸ Uma ilustração da referida tendência internacional é a criação do chamado Indian Institute for Human Settlements - IIHS, a primeira universidade indiana voltada para a formação de quadros profissionais atuando na gestão e planejamento das áreas rurais, urbanas e regionais desse país (a partir da criação do chamado *Bachelor of Urban Practice*). Além do próprio governo Indiano, a iniciativa pioneira ainda conta com apoio da Fundação Rockefeller, do MIT (EUA), da University College London (DPU – Development Planning Unit) e da própria UFABC.

fundamental a articulação e integração de políticas e recortes de regulação setoriais e de infraestrutura, assim como uma visão estratégica de desenvolvimento equilibrado entre regiões, com base em investimentos. Para o mercado, o posicionamento na rede produtiva e a logística da produção, circulação e comercialização de mercadorias incidem nas condições de competitividade. Para as organizações e instituições, na sua área de atuação, representação e regulação, implica em processos de negociação e governança.

O alcance do nível de desenvolvimento territorial pretendido dependerá da capacidade de instituições, organizações, empresas e do estado em gerir recursos políticos, sociais, econômicos e tecnológicos, da adoção de novas formas de articulação entre atores públicos e privados, e de novas formas de governo e gestão. Dependerá também da adoção de políticas de cooperação e de novos arranjos institucionais para a gestão do território, nas suas diversas escalas.

A esse conjunto de desafios, somam-se as condições históricas da urbanização do país, que culminam em uma agenda complexa em torno do tema do planejamento territorial. Essa condição requer uma abordagem interdisciplinar que reconheça tanto o papel da história e da geografia na formação específica do espaço brasileiro, como as múltiplas imbricações, frequentemente contraditórias, entre economia, política, meio ambiente, direito, sociologia, urbanismo e engenharia. No entanto, muitos municípios e organizações, especialmente os de médio e pequeno porte, não contam com profissionais capacitados para compreender a complexidade desses problemas e de atuarem na busca de suas soluções. Assim, o BPT justifica-se pela necessidade de formar profissionais capazes de dialogar com as demandas da sociedade que surgem nas escalas local, regional, nacional e internacional.

A formação no BPT busca sanar o descompasso entre a carência na formação de graduação com foco no planejamento e na gestão dos territórios, e os desafios no país associados à questão. Para tanto, dará ênfase para o estudo de temáticas consideradas estratégicas para o desenvolvimento socioespacial sustentável do Brasil, como, por exemplo, a urbanização e integração de assentamentos precários, o planejamento e gestão de áreas rurais e regiões interioranas, a gestão de áreas metropolitanas e a formulação e implementação de estratégias em territórios marcados por conflitos entre as agendas ambiental e urbana, social e econômica.

1.1.2. A Formação de Planejadores Territoriais

A partir de um contexto de crescente urbanização e globalização, em que as condições econômicas, sociais e ecológicas se tornam interdependentes, é evidente a presença de planejadores em diversas esferas de atuação. Essa necessidade está representada pela coordenação de ações obtida a partir de uma abordagem mais integrada e de uma estratégia que reconheça as inter-relações e seus efeitos numa perspectiva de longo prazo.

Outra razão para o aumento do interesse no planejamento reside na necessária mediação e regulação das ações sobre o território. As últimas décadas mostraram que o mercado muitas vezes não pode oferecer soluções eficazes para as diferentes necessidades de infraestrutura e outros serviços comuns. As deficiências do mercado também se refletem nas demandas para o planejamento, que visa estabelecer um quadro mais estável para a tomada de decisão relativa ao desenvolvimento local, urbano, rural e regional

Em alguns países, essa resposta tem sido dada pela oferta de cursos nas áreas de planejamento em nível de graduação, mestrado e doutorado. Na Europa, por meio do Tratado de Bolonha, adotou-se a formação em ciclos de bacharelado e pós-graduação de 3, 4 e 5 anos. A Association of European Schools of Planning – AESOP⁹ tem acompanhado essa evolução, e em 2010 publicou um relatório que avalia a trajetória dos cursos relacionados com a área de planejamento urbano e regional. Segundo o estudo, a aceitação na Europa das mudanças de ciclos (Bolonha) e da separação do planejamento de outras formações tradicionais, tem encorajado as universidades e instituições nacionais a se adequarem a essas tendências¹⁰. O sistema de credenciamento e reconhecimento da formação em nível de graduação em planning está condicionado aos Estados Membros da União Europeia – UE.

Nos EUA e Canadá existem ofertas de cursos relacionados com urban, regional, environmental planning. Nos EUA existe uma organização de credenciamento das escolas em nível de graduação e pós, denominada Planning Accreditation Board¹¹. Em diversos países tais como Austrália, Índia, México, África do Sul entre outros, existem cursos de graduação com essas características.

No Brasil não existem cursos de graduação com foco específico no planejamento e gestão dos territórios, estando essa formação e habilitação profissional abordada em diferentes cursos, tais como: arquitetura e urbanismo, geografia, engenharias, economia, administração, sociologia e políticas públicas.

Essa demanda por formação profissional na área, no entanto, é suprida em grande parte pelos inúmeros cursos de pós-graduação existentes no país¹² e que se consolidaram, ao longo das últimas décadas, buscando complementar a formação dos profissionais que se formam nos cursos tradicionais oferecidos pelas universidades brasileiras.

Se a existência do grande número desses cursos mostra, por um lado, uma forte demanda na área, por outro, implica no fato de que, por serem de pós-graduação, impõem a esses profissionais um longo período de formação, visto que os mesmos têm que cursar uma graduação para depois, numa pós-graduação, adquirirem, de fato, a formação necessária e pretendida. Essa condição define a formação do planejador em cerca de 7 anos, gerando assim uma carência de profissionais de formação superior para atuarem na área.

1.1.2. Padrões de Qualidade MEC/SESU e Referências ENADE

O MEC - Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Superior (SESU), responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, até a presente data, não estabeleceu padrões de qualidade ou referências específicas para cursos em nível da graduação em Planejamento

⁹ AESOP. What is planning. Disponível em <http://www.aesop-planning.com> Acesso em 11 de julho de 2021.

¹⁰ GEPPERT, A. & COTTELA, G. Quality Issues in a changing European Higher Education Area. Reims: Alliance; AESOP, 2010. Disponível em: http://www.aesop-planning.eu/uploads/news/planning_education_2.pdf. Acesso em 11 de julho de 2021.

¹¹ Disponível em <http://www.planningaccreditationboard.org/>. Acesso em 10 julho de 2021.

¹² Atualmente, existem no Brasil cerca de 40 cursos de pós graduação, em nível de mestrado e/ou doutorado, reconhecidos pela CAPES (2019) na Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia. Esses cursos possuem com uma diversidade de nomes, áreas de concentração e com foco em diversos temas relacionados à: desenvolvimento, planejamento territorial (urbano, regional, rural e ambiental), agronegócio e gestão urbana, além de inúmeros cursos de especialização.

Territorial, entretanto o BPT já consta do seu Cadastro de Instituições e Cursos da Educação Superior.

Apesar de não existir outro curso semelhante ao Bacharelado em Planejamento Territorial, com a natureza específica multidisciplinar que abrange várias áreas do conhecimento, tais como noções de direito, geografia, geologia, sociologia e planejamento urbano e rural, o projeto pedagógico do curso contém temáticas associadas ao projeto pedagógico de cursos já existentes, que envolvem formações tradicionais, tais como Arquitetura, Urbanismo, Geografia, Engenharia e Economia.

Neste sentido, vale ressaltar que a interface entre os projetos pedagógicos gera igualmente aproximações entre as atuações profissionais dos egressos do planejamento territorial e dos cursos de formação específica, regulamentada por meio de várias leis que disciplinam através dos Conselhos o exercício das profissões de arquiteto e urbanista (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), engenheiro, geógrafo e agrônomo (Conselho Federal de Engenharia) e economia (Conselho Federal de Economia). De outro lado, ressaltamos a existência de alguns cursos que apresentam semelhanças em relação ao Bacharelado em Planejamento Territorial, sobretudo, na abordagem multidisciplinar¹³.

1.2. A Proposta Pedagógica da UFABC: Uma Oportunidade para a Implantação do Bacharelado em Planejamento Territorial

O curso de BPT coaduna com a proposta da UFABC de oferecer cursos, especialmente de graduação, consonantes com as necessidades da sociedade e do mercado de trabalho na contemporaneidade.

O BPT, ao mesmo tempo em que cria possibilidades de aperfeiçoamento do BC&H, se beneficia da formação de base adquirida pelo aluno e contribui para o fortalecimento do projeto pedagógico da UFABC. O BPT propõe a formação interdisciplinar e permite articular diversas áreas de conhecimento, tanto das ciências sociais, sociais aplicadas e humanas (economia, administração, direito, demografia, planejamento urbano e regional, ciência política, sociologia, geografia e história), quanto das ciências exatas e naturais (estatística, cartografia, geoprocessamento e ecologia).

O apoio ao Projeto Pedagógico da UFABC é expresso também pela organização curricular do curso, que estabelece uma redução na carga horária em disciplinas obrigatórias, abrindo espaço para as disciplinas livres e de opção limitada. Dessa forma, garante uma maior liberdade para os alunos montarem sua formação curricular. São valorizadas também uma série de recursos pedagógicos que estimulam a curiosidade e a iniciativa intelectual dos alunos, por meio de atividades extracurriculares (seminários, excursões etc.) e desenvolvimento de projetos dirigidos (oficinas temáticas propostas na matriz curricular).

¹³ Cursos correlatos: Programa de graduação em gestão pública para o desenvolvimento econômico e social, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade de Integração Latino Americana (UNILA) e Curso de Urbanismo da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Um dos fatores que favorece e viabilizou a criação do curso de BPT na UFABC é o quadro de professores da instituição egressos de programas de pós-graduação do país e do exterior, com tradição no debate sobre a gestão e o planejamento do território. Alguns dos quais, inclusive, com experiência profissional técnica ou mesmo em direção de organizações e instituições nessa área. Essas experiências estão postas a serviço da produção de conhecimentos e da formação de novas gerações de profissionais nesta área. Aliado a esse fator, grande parte dos professores está associada ao Programa de Pós- Graduação em Planejamento e Gestão do Território, que iniciou as atividades em 2011 com conceito inicial 4 da CAPES, o que demonstra a qualificação acadêmica do corpo docente.

O BPT apresenta forte vínculo com a temática local e regional do planejamento e gestão do território, uma vez que vários de seus professores acumulam experiência concreta em prefeituras, órgãos públicos e organizações não governamentais da região, ampliando a escala e a qualidade de projetos de ensino, pesquisa e extensão elaborados em conjunto entre a Universidade e os atores sociais da região do ABC Paulista. Vale ressaltar que a existência do curso abre um diálogo efetivo com as demandas complexas que se originam na escala regional e local. Pode dialogar ainda com programas de ensino, pesquisa e extensão de interesse comum da Região do ABC, qualificando a UFABC como agente estratégico na reflexão sobre os problemas socioespaciais, em suas múltiplas escalas e dimensões (econômicas, ambientais, tecnológicas etc.).

Essa forte inserção local, no entanto, não será um elemento de restrição da atuação dos alunos egressos do curso, já que muitos professores que integram o quadro da UFABC são oriundos de outras regiões brasileiras, o que contribui para a ampliação desse quadro de referência, o debate e a reflexão sobre os problemas vividos em diversas partes do país. Muitos professores têm contribuído com programas internacionais de pesquisa e com processos de formulação ou avaliação de políticas públicas de planejamento e gestão do território em âmbito nacional.

Dessa maneira, o BPT tem um grande potencial de se constituir num referencial nacional e, assim sendo, abrir caminho para o surgimento e o incremento de cursos semelhantes no país.

2. OBJETIVOS DO CURSO

2.1. Objetivo Geral

O curso de Bacharelado em Planejamento Territorial da UFABC visa à formação em nível de graduação de profissionais capazes para atuarem em análises, prospectivas, proposições e gerenciamento de ações com repercussão nos territórios em diferentes escalas, níveis e dimensões. Objetiva-se assim, contribuir para uma melhor condução de processos e ações de caráter territorial considerando a intensificação da urbanização e da globalização e a complexidade no enfrentamento dos desafios sociais, econômicos, culturais e ambientais.

2.2. Objetivos Específicos

Na formação de graduação em BPT têm-se:

- Compreensão dos processos socioeconômicos, ecológicos, culturais e políticos que estão presentes na estruturação e na dinâmica dos territórios.
- Domínio analítico e propositivo de diferentes recortes territoriais, oriundos de organização político-administrativa, de regulação, de aspectos físico-naturais, de logística e aqueles oriundos de intervenções específicas, como de projetos, de instituições, de políticas setoriais ou de organização de grupos e de comunidades.
- Capacidade de articular conhecimento para a análise, prospectiva, intervenção e gerenciamento em diferentes escalas, níveis e dimensões (local, urbana, municipal, estadual, regional, nacional e macro e mesoregional).
- Capacidade de articular e integrar conteúdo e ferramental oriundo de áreas como: as ciências sociais, humanas e sociais aplicadas – economia, administração, planejamento urbano e regional, ciência política, demografia, economia, sociologia, antropologia, geografia e história; e as ciências exatas e naturais - estatística, computação, cartografia, geoprocessamento e ecologia.
- Capacidade para atuar em diferentes modalidades de planejamento tais como o estratégico, participativo, situacional, entre outros, e em processos de negociação e governança, envolvendo atores, instituições e normas.
- Capacidade para atuar em equipes multidisciplinares e em problemas caracterizados por complexidade, com senso de liderança, cooperação e autonomia.
- Capacidade para mediar e orientar de forma estratégica os conflitos que possam vir a ser vivenciados ao longo das práticas de planejamento territorial.

3. REQUISITO DE ACESSO

3.1. Forma de Acesso ao Curso

O processo seletivo para acesso aos Cursos de Graduação da Universidade Federal do ABC é anual, e inicialmente é feito pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU), do MEC. Dessa forma, as vagas oferecidas são preenchidas com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e também a partir do desempenho em olimpíadas científicas, competições de conhecimento ou outras modalidades que demonstrem desempenho excepcional do estudante a critério de áreas específicas, conforme estabelecido pela Resolução ConsEPE nº 235, de 6 de dezembro de 2019¹⁴, que normatiza o processo seletivo para acessos aos Bacharelados Interdisciplinares da UFABC. O ingresso nos cursos de formação específica, após a conclusão dos cursos de ingresso interdisciplinares (bacharelados e licenciaturas), se dá por seleção interna, segundo a Resolução ConsEPE, nº 31, de 1º de julho de 2009¹⁵, que normatiza o ingresso nos cursos de formação específica após a conclusão dos bacharelados interdisciplinares oferecidos pela UFABC.

É prevista também a admissão por transferência facultativa, visando o preenchimento de vagas remanescentes, ou obrigatória de estudantes de outras Instituições de Ensino Superior (IES) para os Bacharelados Interdisciplinares da UFABC. Este processo é regulamentado, no primeiro caso, anualmente por meio de Edital publicado no Diário Oficial e, no segundo caso, pela Resolução ConsEPE nº 174, de 24 de abril de 2014¹⁶. A Resolução da Comissão de Graduação nº 23, de 20 de agosto de 2019¹⁷, estipula o número mínimo de créditos a ser cursado na UFABC.

O curso de ingresso correspondente ao Bacharelado de Planejamento Territorial é o Bacharelado de Ciências e Humanidades (BC&H).

3.2. Regime de Matrícula

O aluno ingressante já tem sua matrícula assegurada e realizada em disciplinas obrigatórias no quadrimestre de ingresso. Ao final do primeiro quadrimestre cursado na UFABC, o aluno deverá solicitar a sua matrícula, indicando as disciplinas (obrigatórias, de opção limitada e/ou livres) que deseja cursar no período subsequente, atentando aos critérios de desligamento do curso,

¹⁴ Disponível em http://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao_235_-_normatiza_o_processo_seletivo_para_acesso_ao_sistema_de_selecao_unificado_da_ufabc_revoga_e_substitui_a_resolucao_consep_n_70pdf.pdf. Acesso em 10 julho de 2021.

¹⁵ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consep-no-312009-01072009-normatiza-o-ingresso-nos-cursos-de-formacao-especifica-apos-a-conclusao-dos-bacharelados-interdisciplinares-oferecidos-pela-ufabc>. Acesso em 10 julho de 2021.

¹⁶ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consepe-no-174-regulamenta-a-admissao-nos-bacharelados-interdisciplinares-da-ufabc-por-transferencia-externa-para-preenchimento-de-vagas-ociosas-e-revoga-e-substitui-a-resolucao-consep-no156>. Acesso em 10 julho de 2021.

¹⁷ Disponível em http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim_servico_ufabc_869.pdf#page=72.

regulamentado atualmente pela Resolução ConsEPE n° 166 de 8 de outubro de 2013¹⁸. O período de matrícula é sempre determinado pelo calendário anual da UFABC.

Todos os processos referentes a matrículas são normatizados pela Resolução ConsEPE n° 219, de 16 de março 2017¹⁹ e detalhados no Guia da Graduação²⁰.

¹⁸ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consepe-no-166-revoga-e-substitui-a-resolucao-consep-no-44>. Acesso em 10 julho de 2021.

¹⁹ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/images/consepe/resolucoes/resolucao-219-estabelece-as-normas-para-matricula-em-disciplinas.pdf>. Acesso em 10 julho de 2021.

²⁰ Disponível em <http://prograd.ufabc.edu.br/guia-da-graduacao>. Acesso em 10 julho de 2021.

4. PERFIL DO EGRESSO

O Bacharel em Planejamento Territorial, formado na UFABC destaca-se por sua orientação interdisciplinar, seu caráter crítico-propositivo e sua capacidade de trilhar os caminhos que levam ao conhecimento, capacitando-o para sucessivos ciclos de aprendizagem e reaprendizagem que ocorrerão durante toda sua vida profissional e, dessa forma, contribuir para a resolução dos problemas relativos à organização e gestão do território, nas suas diversas escalas.

A partir de uma visão integrada, deverá desenvolver capacidade de compreensão crítica sobre dinâmicas em curso, com o reconhecimento e análise de dinâmicas demográficas, socioambientais e econômicas que incidem na produção, transformação e regulação do território e com o domínio de instrumentais voltados à intervenção na realidade em estudo.

Dessa forma, o profissional estará apto a gerir propostas e desenvolver ações de planejamento e gestão voltadas para o cumprimento de objetivos que levem em conta os impactos, os aspectos de governança, os atores, os obstáculos, os impedimentos e os potenciais dos processos e dinâmicas em curso sobre o território. Assim sendo, com sua capacidade de diagnosticar e prognosticar, será capaz de problematizar, analisar e teorizar sobre as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais das relações sociedade e espaço e de intervir na realidade dos territórios.

Com um domínio das questões fundamentais relativas ao planejamento territorial e dos processos formais e informais existentes no território nacional, deverá estar capacitado para: articular conhecimentos com o fim de conceber, elaborar, implementar, gerir, monitorar e avaliar políticas, planos, programas e projetos referentes ao planejamento territorial; realizar análises, diagnósticos, avaliações técnicas e elaborar planos territoriais.

Com espírito crítico, reflexivo, situacional, proativo, o profissional graduado nesse curso estará capacitado para atuar em agências reguladoras, empresas de serviços e consultoria de diferentes escalas, tanto do setor público – ministérios, autarquias, agências reguladoras –, quanto privado, em organizações não governamentais, agências bilaterais e multilaterais de cooperação que tenham como tarefa o planejamento, a gestão e a governança do território, levando em conta os diferentes aspectos econômicos, políticos ou sociais. Sua formação permite que atue também em ambientes corporativos, estando particularmente treinado para o exercício do trabalho em equipes e em redes.

O profissional formado estará capacitado para atuar em processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas referentes ao território, em áreas variadas e em distintos contextos políticos, econômicos e sociais, por meio de mecanismos inovadores e que visem à produção dos melhores resultados em termos sociais. Em uma formação interdisciplinar, esse profissional irá desenvolver sua compreensão da importância do contexto econômico, político e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas.

Dentre as habilidades e competências do Bacharel em Planejamento Territorial estão: desenvolver competências pessoais como liderança, autodesenvolvimento e trabalho em equipe; entender e

utilizar as novas tecnologias emergentes; aplicar técnicas de gerenciamento de processos dentro de ambientes complexos; promover a difusão do conhecimento científico e tecnológico. Para tal, estará respaldado por sua formação interdisciplinar e de sólida formação científico-tecnológica, que desenvolverá qualidades humanísticas, democráticas, participativas, propositivas, consonantes com o Projeto Pedagógico da UFABC.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1. Fundamentação Legal

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 17 julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. 2010. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicacao/bacharelados-interdisciplinares_referenciais-orientadores-novembro_2010-brasilia.pdf. Acesso em: 17 julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES nº 266, de 5 jul. 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16418&Itemid=866. Acesso em: 17 julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 17 julho de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 17 julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 17 julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP nº 003, de 10 mar. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 17 julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 17 julho de 2021.

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 17 julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 17 julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 17 julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em: 17 julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 17 julho de 2021.
- BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&Itemid. Acesso em: 17 julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.622. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf. Acesso em: 17 julho de 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 17 julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em 17 de julho de 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Ato Decisório nº. 56, de 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6149&Itemid. Acesso em: 17 julho de 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Plano de Desenvolvimento Institucional. Santo André, 2013. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>. Acesso em: 17 julho de 2021.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Projeto Pedagógico Institucional. Santo André, 2017. Disponível em: <http://www.ufabc.edu.br/a-ufabc/documentos/projeto-pedagogico-institucional>. Acesso em: 17 julho de 2021.

5.2. Referenciais curriculares

Considerando que não existe uma normatização específica (diretrizes e regulamentação) para a formação do Bacharel em Planejamento Territorial, optou-se por fazer uma avaliação das diretrizes e currículos em cursos existentes, em especial no caso da União Europeia. Os documentos elaborados pela AESOP (Informações complementares) indicam as capacidades e conhecimentos a serem desenvolvidos ao longo dos cursos, cujos formatos possuem variações de 3, 4 e 5 anos de duração no nível de graduação e em pós-graduação.

GEPPERT, A & VERHAGE, R. (2008). Planning Education N°1, March 2008: Towards a European recognition for the Planning profession. Disponível em: https://www.aesop-planning.eu/uploads/news/planning_education_1.pdf. Acesso em: 17 julho de 2021.

GEPPERT, A. & COTTELA, G. (2010). Planning Education N°2, July 2010: Quality Issues in a changing European Higher Education Area. Reims: Alliance; AESOP, 2010. http://www.aesop-planning.eu/uploads/news/planning_education_2.pdf. Acesso em: 17 julho de 2021.

CAPES. (2012) Tabela de Áreas de Conhecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliaca>. Acesso em: 17 julho de 2021.

5.3. Regime de Ensino

Respeitadas todas as regulamentações e diretrizes expostas acima, este PPC monta sua estrutura curricular para conformar o regime de ensino do BPT. Esta estrutura parte dos seguintes pressupostos:

- i. Por conta da natureza interdisciplinar da UFABC, a estrutura curricular do BPT integraliza todo o conteúdo programático do BC&H – cuja matriz curricular apresenta interseção com as matrizes curriculares dos outros bacharelados e licenciaturas interdisciplinares da Universidade, o BC&T, LCH e LCNE. Desta forma, incluem-se no BPT conteúdos de Ciências Naturais e Formais, das Humanidades e das Ciências Sociais. Observe-se, ainda, que a interdisciplinaridade não ocorre apenas nos conhecimentos básicos que pautam os conteúdos programáticos da UFABC, mas também entre as diversas áreas de conhecimento dessa Universidade. É esse um ambiente propício, avalia-se, para o surgimento de inovações institucionais e instrumentais no ensino superior.
- ii. Valorizam-se as decisões tomadas pelos e pelas discentes da UFABC, por conta do grau de autonomia deles na definição de seu projeto curricular pessoal.
- iii. O regime de curso é de créditos, com periodicidade quadrimestral de oferta de disciplinas.
- iv. A curricularização da extensão complementa a formação dos discentes.

Em termos de sua estrutura curricular, além do regime de crédito dos cursos e da periodicidade quadrimestral, que são pressupostos do regime de ensino da Universidade, as disciplinas da UFABC estão organizadas em três categorias distintas: **obrigatória**, **opção limitada**, ou **livre**.

As disciplinas obrigatórias formam o conjunto de disciplinas essenciais de cada curso e, por sinal, as disciplinas obrigatórias dos bacharelados interdisciplinares são obrigatórias a todos os cursos de formação específica a eles vinculados, como o BPT em relação ao BC&H. De acordo com o PPI da UFABC, as disciplinas obrigatórias dos bacharelados específicos, como o BPT, não podem ser mais do que 75% da carga horária do curso.

As disciplinas de opção limitada definem um conjunto de disciplinas listadas pelo BPT e outros bacharelados da UFABC que cada discente escolhe cursar. Porém, esta lista de disciplinas é um conjunto fechado, definido por este PPC. Discentes devem necessariamente cursar uma quantidade mínima de créditos em disciplinas de opção limitadas, variável para cada curso. Já as disciplinas Livres são necessárias para a complementação curricular e totalização dos créditos, e são de livre escolha dos e das discentes entre quaisquer cursos ofertados na UFABC. O PPI da UFABC estabelece que ao menos 5% da carga total de créditos dos bacharelados específicos, como o BPT, precisam ser de disciplinas livres.

Para orientar o grupo de discentes, associado ao nome de cada disciplina oferecida na UFABC há um código que identifica o número de créditos e de horas médias de dedicação de cada discente. Este código está no seguinte formato (T-P-E-I), em sendo:

T - horas semanais de aulas teóricas presenciais;

P - horas semanais de trabalho de laboratório, aulas práticas ou aulas de exercícios, realizadas na universidade;

E – Indica estimativa de horas semanais de atividades extensionistas;

I - Estimativa do número de horas semanais adicionais de trabalho extraclasse necessárias para o bom aproveitamento da disciplina.

A contagem dos créditos é feita pela somatória entre os números correspondentes a T e P, e cada crédito equivale a doze horas (12) de aulas e atividades. Para efeito de contagem de créditos no processo de integralização dos cursos, são contabilizados apenas a soma de T e P.

5.3.1. Componentes Curriculares para a Integralização do Curso

A estrutura curricular está organizada **em eixos** para a constituição da matriz do BPT, a saber:

Leituras das dinâmicas territoriais (Reflexão crítica-propositiva)

Objetivos: Habilitar para a compreensão de processos territoriais com base na contribuição disciplinar da sociologia, economia, ecologia, urbanismo, geografia entre outras. O eixo está dividido em disciplinas de fundamentação e dinâmicas territoriais.

Neste eixo está concentrada a maior parte das disciplinas obrigatórias, incluindo grande parte das disciplinas do BC&H.

Instrumentos e bases complementares

Objetivos: Abordar áreas setoriais e de conhecimento específico (ex: métodos de planejamento) – e de fundamentos técnicos e metodológicos para a prática em planejamento territorial. O eixo está dividido em métodos e técnicas e políticas setoriais.

Nesse eixo estão concentradas as disciplinas de opção limitada, compartilhadas com os cursos de Políticas Públicas e Ciências Econômicas, entre outros.

Integração e síntese

Objetivo: Desenvolver método/abordagem/prática a partir das disciplinas de fundamentação e instrumentais sobre temáticas e recortes específicos voltados para o planejamento territorial. O eixo está dividido em teorias e práticas do planejamento.

Nesse eixo estão concentradas as disciplinas obrigatórias com carga horária prática como as disciplinas no formato de oficinas, que irão estruturar a organização de disciplinas obrigatórias conforme as modalidades de: planejamento regional, rural e áreas periurbanas e interioranas, urbano e metropolitano.

O Quadro 1, a seguir, apresenta a estrutura curricular proposta organizada nos três eixos temáticos e de formação.

Quadro 1. Distribuição das disciplinas obrigatórias do BPT e disciplinas obrigatórias do BC&H, relacionadas ao curso, por eixos temáticos e de formação

Leituras das dinâmicas territoriais			Integração e Síntese		Instrumentos e bases complementares	
Fundamentos		Dinâmicas territoriais	Teorias do Planejamento	Práticas de Planejamento	Métodos e Técnicas	Políticas setoriais
Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	Estudos do Meio Físico	Estrutura e Dinâmica Social	Política Urbana	Oficina de Planejamento Urbano	Introdução à Probabilidade e à Estatística	
Estado e Relações de Poder	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	Ciência, Tecnologia e Sociedade	Planejamento e Política Regional	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	Bases Matemáticas	
Introdução às Humanidades e às Ciências Sociais	Economia Urbana	Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente	Planejamento e Política Rural	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	Bases Computacionais da Ciência	
Identidade e Cultura	Economia do Território	Território e Sociedade	Política Metropolitana	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	Práticas em Ciências e Humanidades	
Estudos Étnico-Raciais	Demografia	Desenvolvimento e Sustentabilidade	Planejamento e Política Ambiental	Trabalho de Conclusão de Curso I de Planejamento Territorial	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	
Estudos de Gênero	Sociologia dos Territórios	Formação do Sistema Internacional		Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial	Análise de Dados para o Planejamento Territorial	
Pensamento Crítico	História da Cidade e do Urbanismo	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil			Métodos de Planejamento	
Interpretações do Brasil		Biodiversidade, Geodiversidade e Paisagem			Regulação Ambiental e Urbanística	
Temas e Problemas em Filosofia		Uso do Solo Urbano				
Ética e Justiça		Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território				
Introdução ao Pensamento Econômico		Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local				
Introdução à Economia						

Legenda:

Obrigatórias do BPT

Limitadas do BPT

Obrigatórias BC&H

Obrigatórias BIs

Quadro 2. Distribuição das disciplinas de opção limitada do BPT por eixos temáticos e de formação

Leituras das dinâmicas territoriais		Integração e Síntese		Instrumentos e bases complementares	
Fundamentos	Dinâmicas territoriais	Teorias do Planejamento	Práticas de Planejamento	Métodos e Técnicas	Políticas setoriais
Introdução às Políticas Públicas	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais	Oficina de Projeto Urbano	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	Política Habitacional
Cidadania, Direitos e Desigualdades	Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil	Tópicos Especiais em Planejamento Territorial	Práticas Especiais do Planejamento Territorial	Sustentabilidade e Indicadores	Habituação e Assentamentos Humanos
Capitalismo Contemporâneo	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais		Projeto Ambiental Urbano	Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas para o Planejamento Territorial	Território e Logística
Desigualdades de Raça, Gênero e Renda	Urbanização Brasileira			Avaliação de Impactos Ambientais	Transportes e Mobilidade Urbana
Instituições Judiciais e Políticas Públicas	Mercado Imobiliário			Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	Segurança dos Territórios
Geografia Política	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas			Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos	Patrimônio Cultural e Paisagem
Ecologia do Ambiente Urbano	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil			Geotecnia Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental	Tópicos Especiais em Políticas Setoriais no Território
Meio Ambiente e Políticas Públicas	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo			Sensoriamento Remoto	Políticas de Infraestrutura
	Dinâmica e Desafios dos Processos Migratórios			Introdução à Inferência Estatística	Políticas Sociais
				Métodos Quantitativos para Ciências Sociais	Gestão Urbano-Ambiental
				Análise Econômica de Projetos	Riscos No Ambiente Urbano
					Saneamento Ambiental
					Energia e Abastecimento
					Regimes de Negociação Ambiental Internacional e a Atuação Brasileira

Legenda

Limitadas do BPT

Limitadas existentes no BC&H, BCE, BPP, BRI e Engenharias

5.4. Estratégias Pedagógicas

Na base do curso de BPT da UFABC está o Bacharelado em Ciência e Humanidades - BC&H. Os estudantes inicialmente ingressam nos Bacharelados Interdisciplinares da UFABC e somente à medida que avançam neste curso passam a cursar as disciplinas do BPT e ao final do BC&H podem efetuar sua matrícula nesse curso. A partir do BC&H os estudantes adquirem uma forte formação em ciências sociais, humanas, ciência e tecnologia. Também já no BC&H estão previstos alguns mecanismos pedagógicos que estarão presentes por todo o curso BPT, entre os quais destacamos:

- Escala progressiva de decisões a serem tomadas pelos alunos que ingressam na universidade, ao longo do programa.
- Possibilidade de monitoramento e atualização contínua dos conteúdos a serem oferecidos pelos programas
- Interdisciplinaridade não apenas com as áreas de conhecimentos básicos, mas, também, entre as diversas especialidades das ciências sociais aplicadas.
- Elevado grau de autonomia do aluno na definição de seu projeto curricular pessoal.

O caráter interdisciplinar e extensionista, não segue as modalidades tradicionais de formação superior, pois exige a compreensão do perfil versátil desejado do profissional a ser formado e da cadeia de conhecimentos necessária para esta formação. Assim, o curso de BPT exige o cumprimento de 2784 horas e 232 créditos, cuja composição deve obedecer (Quadro 3):

Quadro 3. Total de créditos e horas para o Bacharelado em Planejamento Territorial

Tipos de disciplinas	Créditos	Horas
Disciplinas Obrigatórias comuns ao BC&T e ao BC&H	21	252
Disciplinas Obrigatórias específicas do BC&H	51	612
Atividades Complementares do BC&H	4	48
Ações de Extensão do BC&H	20	240
Total obrigatório do BC&H	96	1152
Disciplinas Obrigatórias BPT	96	1152
Disciplinas de Opção Limitada BPT	20	240
Disciplinas Livres	12	144
TCC em Bacharelado em Planejamento Territorial	4	48
Ações de Extensão do BPT	4	48
Total específico do BPT	136	1632
Total BPT	232	2784

Trata-se de uma proposta de curso dentro do espírito do modelo pedagógico da UFABC, permitindo uma grande flexibilidade para o aluno estabelecer seu próprio currículo acadêmico, à medida que vai adquirindo maturidade para tal, contemplando aspectos de atualização e acompanhamento contínuos dos conteúdos sendo ministrados, e que atende às determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais, do CNE/CES. Nesse sentido, o BPT possibilita, além das opções limitadas, que o aluno complete sua grade com créditos em disciplinas livres, tanto aquelas ofertadas pelos docentes credenciados ao BPT como quaisquer outras disciplinas da Universidade.

Ainda como estratégia pedagógica vale destacar o vínculo do BPT, por meio de seus docentes, com o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da UFABC – Stricto Sensu – autorizado pela CAPES em 2010. O vínculo entre a graduação e a pós-graduação objetiva estabelecer e fortalecer ações de pesquisa e extensão, em especial da Iniciação Científica – IC, junto aos projetos do programa da pós-graduação.

5.5. Apresentação Gráfica de um Perfil de Formação

No Quadro 4 a seguir, está detalhada a composição de cada um dos conjuntos de disciplinas específicas do curso do BPT, por quadrimestre, assim como é sugerida uma matriz curricular. No Quadro 5 está a apresentação gráfica de um perfil de formação, a título de exemplo, com uma seleção de disciplinas de opção limitada.

Quadro 4. Sugestão de Grade para o Bacharelado em Planejamento Territorial

1º QUAD		Estrutura e Dinâmica Social BIQ0602-15	Bases Computacionais da Ciência BIS0005-15	Temas e Problemas em Filosofia BHP0202-19	Interpretações do Brasil BHQ0003-15	Introdução às Humanidades e às Ciências Sociais BHO0001-19	Identidade e Cultura BHQ0001-15	Atividades complementares	Ações de extensão													
CRÉDITOS	T	P	E	I	T	P	E			I												
17	3	0	0	4	0	2	0	2	3	0	0	4	3	0	0	4						
2º QUAD		Ciência, Tecnologia e Sociedade BIR0603-15	Pensamento Crítico BHP0202-15	Introdução ao Pensamento Econômico BHO0002-19	Estado e Relações de Poder BHO0101-15	Formação do Sistema Internacional BHO1335-15																
CRÉDITOS	T	P	E	I	T	P	E	I	T	P	E	I	T	P	E	I						
18	3	0	0	4	4	0	0	4	3	0	0	4	4	0	0	4	4	0	0	4		
3º QUAD		Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente BCL0306-15	Bases Matemáticas BIS0003-15	Território e Sociedade BHQ0301-15	Estudos Étnico-Raciais BHQ0002-15	Ética e Justiça BHP0001-15																
CRÉDITOS	T	P	E	I	T	P	E	I	T	P	E	I	T	P	E	I						
18	3	0	0	4	4	0	0	5	4	0	0	4	3	0	0	4	4	0	0	4		
4º QUAD		Bases Epistemológicas da Ciência Moderna BIR0004-15	Introdução à Probabilidade e à Estatística BIN0406-15	Introdução à Economia BHO1102-19	Desenvolvimento e Sustentabilidade BHO0102-15	Estudos de Gênero BHQ0004-19																
CRÉDITOS	T	P	E	I	T	P	E	I	T	P	E	I	T	P	E	I						
16	3	0	0	4	3	0	0	4	3	0	0	4	4	0	0	4	3	0	0	4		
5º QUAD		Economia do Território ESHT005-17	Sociologia dos Territórios ESHT023-17	Demografia ESHT003-17	Estudos do Meio Físico ESHT007-17	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território ESHT001-17																
CRÉDITOS	T	P	E	I	T	P	E	I	T	P	E	I	T	P	E	I						
18	4	0	0	3	4	0	0	4	4	0	0	4	4	0	0	4	2	0	0	2		
6º QUAD		Biodiversidade, Geodiversidade e Paisagem ESHT026-21	Economia Urbana ESHT006-17	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial ESHT002-17	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil ESHT025-17	Regulação Ambiental e Urbanística ESTU039-17																
CRÉDITOS	T	P	E	I	T	P	E	I	T	P	E	I	T	P	E	I						
18	3	0	0	4	4	0	0	4	2	3	0	3	4	0	0	4	2	0	0	4		

Quadro 4. Sugestão de Grade para o Bacharelado em Planejamento Territorial

7º QUAD	Planejamento e Política Regional ESHT018-17	História da Cidade e do Urbanismo ESHT009-17	Análise de dados para o Planejamento Territorial ESHT011-21	Planejamento e Política Ambiental ESHT017-17	Disciplina de Opção Limitada ou Livre
CRÉDITOS 20	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 2 2 0 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4
8º QUAD	Planejamento e Política Rural ESHT019-17	Política Urbana ESHT021-17	Métodos de Planejamento ESHT010-17	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional ESHT013-22	Disciplina de Opção Limitada ou Livre
CRÉDITOS 20	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 3 1 0 4	T P E I 0 4 1 4	T P E I 4 0 0 4
9º QUAD	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território ESHT008-17	Uso do Solo Urbano ESHT024-17	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interiores e Rurais ESHT014-22	Disciplina de Opção Limitada ou Livre	Práticas em Ciências e Humanidades BHS0005-19
CRÉDITOS 19	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 0 4 1 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 1 2 0 4
10º QUAD	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local ESHT012-17	Política Metropolitana ESHT020-17	Oficina de Planejamento Urbano ESHT015-22	Disciplina de Opção Limitada ou Livre	
CRÉDITOS 16	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 0 4 1 4	T P E I 4 0 0 4	
11º QUAD	Trabalho de Conclusão de Curso I de Planejamento Territorial ESHT902-17	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana ESHT016-22	Disciplina de Opção Limitada ou Livre	Disciplina de Opção Limitada ou Livre	
CRÉDITOS 14	T P E I 0 2 0 12	T P E I 0 4 1 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4	
12º QUAD	Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial ESHT903-17	Disciplina de Opção Limitada ou Livre	Disciplina de Opção Limitada ou Livre		
CRÉDITOS 10	T P E I 0 2 0 12	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4		

Obrigatórias do BPT

Limitadas ou livres

Obrigatórias BC&H

Obrigatórias BIs

Extensão

Ativ. Complementares

Atividades complementares

Ações de extensão

Quadro 5. Apresentação gráfica de um perfil de formação, com uma seleção de disciplinas de opção limitada

1º QUAD	Estrutura e Dinâmica Social	Bases Computacionais da Ciência	Temas e Problemas em Filosofia	Interpretações do Brasil	Introdução às Humanidades e às Ciências Sociais	Identidade e Cultura	Atividades complementares	Ações de extensão
	BIQ0602-15	BIS0005-15	BHP0202-19	BHQ0003-15	BHO0001-19	BHQ0001-15		
CRÉDITOS	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I		
17	3 0 0 4	0 2 0 2	3 0 0 4	4 0 0 4	2 0 0 3	3 0 0 4		
2º QUAD	Ciência, Tecnologia e Sociedade	Pensamento Crítico	Introdução ao Pensamento Econômico	Estado e Relações de Poder	Formação do Sistema Internacional			
	BIR0603-15	BHP0202-15	BHO0002-19	BHO0101-15	BHO1335-15			
CRÉDITOS	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I			
18	3 0 0 4	4 0 0 4	3 0 0 4	4 0 0 4	4 0 0 4			
3º QUAD	Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente	Bases Matemáticas	Território e Sociedade	Estudos Étnico-Raciais	Ética e Justiça			
	BCL0306-15	BIS0003-15	BHQ0301-15	BHQ0002-15	BHP0001-15			
CRÉDITOS	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I			
18	3 0 0 4	4 0 0 5	4 0 0 4	3 0 0 4	4 0 0 4			
4º QUAD	Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	Introdução à Probabilidade e à Estatística	Introdução à Economia	Desenvolvimento e Sustentabilidade	Estudos de Gênero			
	BIR0004-15	BIN0406-15	BHO1102-19	BHO0102-15	BHQ0004-19			
CRÉDITOS	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I			
16	3 0 0 4	3 0 0 4	3 0 0 4	4 0 0 4	3 0 0 4			
5º QUAD	Economia do Território	Sociologia dos Territórios	Demografia	Estudos do Meio Físico	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território			
	ESHT005-17	ESHT023-17	ESHT003-17	ESHT007-17	ESHT001-17			
CRÉDITOS	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I			
18	4 0 0 3	4 0 0 4	4 0 0 4	4 0 0 4	2 0 0 2			
6º QUAD	Biodiversidade, Geodiversidade e Paisagem	Economia Urbana	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	Regulação Ambiental e Urbanística			
	ESHT026-21	ESHT006-17	ESHT002-17	ESHT025-17	ESTU039-17			
CRÉDITOS	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I	T P E I			
18	3 0 0 4	4 0 0 4	2 3 0 3	4 0 0 4	2 0 0 4			

Quadro 5. Apresentação gráfica de um perfil de formação, com uma seleção de disciplinas de opção limitada

7º QUAD	Planejamento e Política Regional ESHT018-17	História da Cidade e do Urbanismo ESHT009-17	Análise de dados para o Planejamento Territorial ESHT011-21	Planejamento e Política Ambiental ESHT017-17	Planejamento e Gestão de Redes técnicas e Sistemas Territoriais ESZT009-17
CRÉDITOS 20	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 2 2 0 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4
8º QUAD	Planejamento e Política Rural ESHT019-17	Política Urbana ESHT021-17	Métodos de Planejamento ESHT010-17	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional ESHT013-22	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial ESZT005-17
CRÉDITOS 20	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 3 1 0 4	T P E I 0 4 1 4	T P E I 1 3 0 4
9º QUAD	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território ESHT008-17	Uso do Solo Urbano ESHT024-17	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais ESHT014-22	Urbanização brasileira ESZT016-17	Práticas em Ciências e Humanidades BHS0005-19
CRÉDITOS 19	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 0 4 1 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 1 2 0 4
10º QUAD	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local ESHT012-17	Política Metropolitana ESHT020-17	Oficina de Planejamento Urbano ESHT015-22	Disciplina de Opção Limitada ou Livre	
CRÉDITOS 16	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 0 4 1 4	T P E I 4 0 0 4	
11º QUAD	Trabalho de Conclusão de Curso I de Planejamento Territorial ESHT902-17	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana ESHT016-22	Território e Logística ESZT015-17	Disciplina de Opção Limitada ou Livre	
CRÉDITOS 14	T P E I 0 2 0 12	T P E I 0 4 1 4	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4	
12º QUAD	Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial ESHT903-17	Política Habitacional ESZT011-17	Disciplina de Opção Limitada ou Livre		
CRÉDITOS 10	T P E I 0 2 0 12	T P E I 4 0 0 4	T P E I 4 0 0 4		

Obrigatórias do BPT

Limitadas ou livres

Obrigatórias BC&H

Obrigatórias BIs

Extensão

Ativ. Complementares

Atividades complementares

Ações de extensão

5.6. Oferta de disciplinas em formato especial e intensivo

Além da oferta regular, as disciplinas também podem ser ofertadas em formatos especiais e em formatos condensados, especialmente durante os períodos de recesso escolar, conforme regulamentado pela Resolução da Comissão de Graduação nº 22, de 23 de abril de 2019²¹. Essa oferta implica na adequação do plano de ensino em formato intensivo, mas sem prejuízo ao cumprimento da carga horária total da disciplina.

²¹ Disponível em http://prograd.ufabc.edu.br/cg/2019/resolucao_cg_022_2019.pdf. Acesso em 12 julho de 2021.

6. AÇÕES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES À FORMAÇÃO

6.1. Programas e Projetos de Assistência Estudantil, acompanhamento e Monitoria

6.1.1. Ações da Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT)

A Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT) da Pró-reitoria de graduação (Prograd) promove a inserção dos alunos da UFABC no Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial (PEAT) através de um método de acompanhamento individualizado, realizado por um docente da universidade (Tutor). A DEAT realiza também a Semana de Integração Universitária, cursos extracurriculares de leitura, escrita e matemática e orientação pedagógica.

A DEAT também é responsável pela realização do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico (PADA), que visa prestar orientações sobre estudo, matrícula e matrizes curriculares dos cursos de ingresso interdisciplinares.

6.1.2. Programa de Assistência Estudantil

Os Programas de Apoio ao Estudante de Graduação da UFABC, conduzidos pela Pró-reitoria de Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (Proap) objetivam minimizar os impactos sociais e econômicos que influenciam negativamente as condições de permanência do estudante na Universidade. Esta é uma das estratégias de inclusão social e consiste no subsídio financeiro concedido nas seguintes modalidades:

- Bolsa Permanência: auxílio financeiro ao estudante a fim de subsidiar as suas necessidades básicas de alimentação, transporte, literatura acadêmica, atividades culturais, atividades esportivas, saúde e vestuário, objetivando prover as condições mínimas para dedicar-se com maior intensidade à sua formação acadêmica; e
- Auxílio Moradia: subsídio financeiro destinado ao estudante que tenha a necessidade de morar fora do seu domicílio familiar, passando a residir nos municípios próximos dos campi da UFABC.
- Auxílios Alimentação, Creche, Transporte, Emergencial, entre outros.

Tais benefícios são regulamentados pela Resolução ConsUni nº 88/2012²² e editais próprios que estabelecem procedimentos para inscrição e seleção dos estudantes a serem atendidos. Além disso, a UFABC oferece apoio psicossocial objetivando auxiliar o aluno a lidar com questões que estejam interferindo na vida acadêmica, para isso contando com o trabalho de assistentes sociais e psicólogos. Estes profissionais estão dispostos a acolher o aluno e, se necessário, encaminhá-lo para serviços externos.

²² Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consuni/resolucoes/resolucao-consuni-no-88-07052012-normatiza-os-programas-de-apoio-ao-estudante-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso em 12 julho de 2021.

6.1.3. Programa de Monitoria Acadêmica

A Monitoria Acadêmica tem o compromisso de desenvolver a autonomia e a formação integral dos alunos, incentivar a interação entre seus pares e os professores, além de propiciar apoio aos graduandos matriculados nos Bacharelados Interdisciplinares (BI's) e na Licenciatura Interdisciplinar (LI). Na UFABC essa atividade busca estimular no aluno monitor o senso de responsabilidade, de cooperação, a satisfação em ampliar conhecimentos e o empenho nas atividades acadêmicas.

A prática da monitoria representa uma oportunidade para os estudantes compreenderem a importância da ética, da constante atualização e do empreendimento na própria formação, seja como um futuro profissional ou como pesquisador.

Todo ano são selecionados, por meio de editais específicos, alunos para desenvolverem atividades de monitoria. O monitor auxilia os demais alunos da disciplina, levantando e diagnosticando dúvidas acerca dos conteúdos e exercícios (teóricos/práticos). A monitoria acadêmica é um projeto de apoio estudantil, e por isso os alunos monitores recebem auxílio financeiro pelo desenvolvimento destas atividades. Entretanto, a ênfase dada ao programa de monitoria acadêmica está focada no processo de desenvolvimento de conhecimento e maturidade profissional dos alunos, permitindo-lhes desenvolver ações que possibilitem a ampliação de seus conhecimentos.

6.1.4. Projeto de Monitoria Inclusiva

Trata-se de um auxílio para alunos de graduação que se dedicam horas semanais em atividades de ações afirmativas ao aluno com deficiência. O rol de atividades desta monitoria consiste em: dar suporte como leitor, escriba, audiodescritora de figuras, imagens, desenhos e vídeos em sala de aula. Outra atividade que também demanda atenção do Monitor Inclusivo (MI) é a adaptação de materiais e livros usados por alunos cegos ou com baixa visão, do qual sem tal atividade, muitos alunos não teriam acesso à bibliografia utilizada no curso. Também são realizados por meio de editais e projetos específicos.

6.2. Ensino, Pesquisa e Extensão

A UFABC, assim como qualquer universidade pública e gratuita, possui como missão a promoção do avanço do conhecimento por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão. Inclusão social, excelência acadêmica e interdisciplinaridade são os instrumentos e princípios balizadores que devem sustentar este avanço. E é justamente neste último fundamento que reside o pioneirismo da UFABC. Ele deve pautar não apenas a organização curricular dos cursos de graduação e pós-graduação e, portanto, o ensino, mas também os outros dois elementos do tripé: pesquisa e extensão.

As atividades de pesquisa pressupõem adição de conhecimento científico à sociedade e devem ser orientadas através da criação de um ambiente acadêmico propício ao desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares, inovadoras e competitivas com aquelas desenvolvidas nas melhores universidades do mundo.

Entre os espaços privilegiados para a pesquisa com oportunidades para discentes do curso, estão os seguintes laboratórios de pesquisa: GATE – Geotecnologias para a Análise do Território, LABGRIS – Laboratório de Gestão de Riscos, LABJUTA – Laboratório de Justiça Territorial, LAPLAN – Laboratório de Planejamento e LEPUR – Laboratório de Estudos e Projetos Urbanos e Regionais.

À extensão incumbe o caráter dialógico e sua decorrente construção conjunta de saberes entre a Universidade e a sociedade. Envolve também a transferência da Universidade para o conjunto social o que ela tem de mais consolidado em termos de ensino e pesquisa, por meio do desenvolvimento regional ou nacional ou da formação de recursos humanos. Importante salientar que não se trata de restringir o caráter das ações extensionistas à prestação de consultorias ou à assistência comunitária e, sim, de abarcar a difusão do conhecimento científico e tecnológico como atividade prioritária.

A interface dos estudantes do BC&H com as práticas de pesquisa e extensão é incentivada, ainda, pelos projetos e programas descritos a seguir.

6.2.1. Programas de Iniciação Científica

Estes programas são desenvolvidos em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES), através da participação nas reuniões do Comitê do Projeto de Iniciação Científica, colaborando na elaboração dos editais para bolsas de Iniciação Científica da UFABC e do CNPq. A Iniciação Científica da UFABC permite introduzir os alunos de graduação na pesquisa científica, visando fundamentalmente, colocá-los desde cedo em contato direto com a atividade científica e engajá-los na pesquisa. Tem como característica o apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno. A iniciação científica deve ser uma atividade científica e não uma atividade básica de formação, para isso a bolsa de iniciação científica é um incentivo individual que concretiza como estratégia exemplar de financiamento aos projetos de relevância e aderentes ao propósito científico.

A pesquisa científica objetiva fundamentalmente contribuir para a evolução do conhecimento humano em todos os setores, sendo assim fundamental em universidades como a UFABC.

Considerando que ensino e pesquisa são indissociáveis, a Universidade acredita que o aluno não deve passar o tempo todo em sala de aula e sim buscar o aprendizado com outras ferramentas. A Iniciação Científica (IC) é uma ferramenta de apoio teórico e metodológico à realização do projeto pedagógico, sendo assim um instrumento de formação.

A UFABC possui três programas de iniciação à pesquisa científica:

Pesquisando Desde o Primeiro Dia – PDPD

Este Programa de concessão de bolsas é destinado aos alunos ingressantes dos Bacharelados Interdisciplinares (BI's) da Universidade. Seu objetivo é dar ao aluno ingressante a noção de que a pesquisa científica-pedagógica é acessível e parte fundamental de sua formação.

Programa de Iniciação Científica – PIC

Este Programa realiza-se por meio da concessão de bolsas financiadas pela própria UFABC. Acrescenta-se também que o aluno pode optar, neste Programa, pelo regime voluntário, em particular se estiver realizando estágio remunerado de outra natureza.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC

Este é um Programa de concessão de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através do qual a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES) obtém anualmente uma quota institucional de bolsas. Visando a ampliação da oportunidade de formação técnico-científico pela concessão de bolsas de Iniciação Científica para os alunos, cuja inserção no ambiente acadêmico se dá por uma ação afirmativa no vestibular, a UFABC conta, desde agosto de 2010, com o Programa PIBIC nas Ações Afirmativas – Projeto Piloto do CNPq. O objetivo deste Programa é oferecer aos alunos beneficiários de políticas afirmativas a possibilidade de participação em atividades acadêmicas de Iniciação Científica.

No que tange à produtividade científica, especialmente apresentações de trabalhos em congressos e simpósios, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) disponibiliza uma modalidade de bolsa científica denominada "**Bolsa Auxílio Eventos**". Sua finalidade é suprir despesas referentes à participação dos alunos, como taxa de inscrição e custos de viagem em eventos fora da UFABC. É importante salientar que nossos alunos bolsistas não participam somente de eventos de Iniciação Científica, mas também de outros Congressos e Simpósios, inclusive com alunos de pós-graduação e demais pesquisadores. Outro ponto que merece destaque são as publicações; alguns alunos já tiveram seus trabalhos aceitos para publicação em periódicos científicos.

Finalmente, o Programa de Iniciação Científica exige a apresentação das pesquisas desenvolvidas aos Comitês Institucional e Externo para avaliação, o que ocorre anualmente no Simpósio de Iniciação Científica (SIC).

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) nas Ações afirmativas

Programa análogo ao supracitado de mesmo nome, mas voltado para estudantes que ingressaram na Universidade por meio das políticas afirmativas.

6.2.2. Ações de Extensão e Cultura

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFABC (ProEC) promove e incentiva os estudantes a realizarem e participarem de ações de Extensão e Cultura, na modalidade de bolsista ou

voluntário. Os processos seletivos ocorrem através de editais específicos, abrangendo diversas ações como cursos, oficinas, projetos e outras que ultrapassam o âmbito do ensino e da pesquisa. Os alunos da universidade, de modo geral, podem se inscrever em quaisquer projetos de extensão, segundo interesse mais específico, em sua área de formação ou mais amplo em áreas ou temáticas não diretamente a ela ligadas.

A atuação em ações extensionistas permite ao discente ter uma formação humana, cultural e social mais completa, proporcionando-lhe uma visão mais holística de mundo, através da integração de conteúdos aprendidos em sala de aula. Conteúdos estes calcados justamente numa base de conhecimento interdisciplinar, viabilizando e potencializando a articulação entre o teórico e o empírico.

Além disso, as ações extensionistas possibilitam aos discentes uma interação com a realidade local que propicia retornos positivos para a comunidade do entorno e para a vivência dos graduandos. Mais informações disponíveis em: <http://proec.ufabc.edu.br>.

6.3. Outras Ações Acadêmicas Complementares

6.3.1. Cursos de Língua Estrangeira

São regularmente ofertados pelo Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas (NETEL). Informações disponíveis em <http://nte.ufabc.edu.br/>.

6.3.2. Programas de Internacionalização

Os programas de internacionalização da UFABC têm finalidade estratégica para a consolidação da universidade como instituição de ensino de excelência e como polo internacional de produção e difusão de conhecimentos científicos.

6.3.3. Mobilidade acadêmica

Consiste em um período de estudos, em regra de 1 semestre, em uma universidade estrangeira ou nacional, com o objetivo de oferecer ao aluno experiências enriquecedoras capazes de agregar positivamente sua vida acadêmica, profissional e pessoal. Informações disponíveis em <http://ri.ufabc.edu.br/mobilidade-academica/para-alunos-da-ufabc>.

7. AÇÕES DE EXTENSÃO

A Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (que aprovou o Plano Nacional de Educação 2014-2024), estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e define, em seu artigo 3º, a Extensão na Educação Superior Brasileira como sendo:

(...) a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A Resolução Consep nº 253/2022 regulamenta a inclusão de carga horária em ações de extensão e de cultura exigida nos cursos de graduação da UFABC e apresenta as definições de atividades de extensão e de cultura, à luz das Resoluções nº 12/2021 e nº 13/2021 do Comitê de Extensão e Cultura (CEC) da UFABC. Destaca-se portanto que, no âmbito da UFABC, a ação de extensão universitária é um processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico ou tecnológico que promove a interação transformadora entre a UFABC e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e/ou a pesquisa.

Quanto às modalidades de curricularização, a Resolução Consep nº 253/2022 indica, em seu artigo 4º, que a carga horária de extensão e cultura poderá ser curricularizada no PPC como resultado de ações de extensão sob as seguintes formas:

- I. registradas no Módulo Extensão do Sistema de Gestão Acadêmica;
- II. como metodologia didático-pedagógica extensionista prevista nas ementas de disciplinas, nos trabalhos de conclusão de curso (TCC) e nos estágios previstos no PPC do curso;
- III. outras atividades discentes.

Para a integralização do curso cada discente deve cumprir, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso conforme Quadro 6:

Quadro 6. Carga Horária de Componentes Extensionistas no Curso

Descrição	Horas do Curso	Carga Horária de Componentes Extensionistas
Carga Horária do BPT	2784	288
Carga Horária do BC&H	2400	240
Carga Horária de Componentes Extensionistas a cumprir no BPT		48

Assim, dado que o(a) discente deve ter cumprido 240 horas de componentes extensionistas no BC&H, restará cumprir 48 horas no BPT. No âmbito do curso, os componentes curriculares de extensão contemplados estão listados no Quadro 7 com os respectivos indicativos de carga horária a serem considerados para creditação.

Quadro 7. Componentes curriculares de extensão considerados para o curso

Res. 253 de 2022.	Componentes Curriculares	Horas a Creditar	Limite Mín. de Horas	Limite Máx. de Horas
Art. 11	Metodologia didático-pedagógica extensionista em disciplinas obrigatórias	Número de horas de Extensão no catálogo de disciplinas.	48	48
Art. 5	Ações com caráter extensionista registradas no Módulo Extensão do Sistema de Gestão Acadêmica	Número de horas de atividades extensionistas descritas no plano de trabalho do participante no projeto	Não se aplica	Não se aplica
Art. 11	Metodologia didático-pedagógica extensionista em disciplinas de opção livre	Número de horas de Extensão no catálogo de disciplinas	Não se aplica	Não se aplica
Art. 12º (iv)	Disciplinas com oferecimento excepcional de componente extensionista	Número de horas de Extensão definidas no Plano de Ensino da oferta específica	Não se aplica	Não se aplica
Art. 16	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Planejamento Territorial	Número de horas de atividades extensionistas convalidadas pela Coordenação de Curso	Não se aplica	Não se aplica
Art. 22	Outras atividades discentes	Número de horas de atividades extensionistas convalidadas pela Coordenação de Curso	-	30% do total

A forma como as ações de extensão irão contribuir para a formação com excelência, interdisciplinaridade e inclusão na área de atuação do egresso, e a forma como se dará o envolvimento dos estudantes serão detalhadas em cada componente, a fim de atender o Art. 8º da resolução Consepe 253/2022. Por exemplo, no catálogo de disciplinas isto estará descrito no campo metodologia extensionista. Para os outros componentes estes elementos estarão explicitados nas normativas e critérios de avaliação para a convalidação da carga horária extensionista.

As disciplinas **obrigatórias** do curso, com metodologia didático-pedagógica extensionista são apresentadas no Quadro 8 com as respectivas cargas horárias extensionistas:

Quadro 8. Disciplinas obrigatórias do curso com Carga horária extensionista

Sigla	Nome	T	P	E	I	Carga horária extensionista
ESHT013-22	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	0	4	1	4	12
ESHT014-22	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	0	4	1	4	12
ESHT015-22	Oficina de Planejamento Urbano	0	4	1	4	12

ESHT016-22	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	0	4	1	4	12
------------	--	---	---	---	---	----

As disciplinas de **opção livre**, com metodologia didático-pedagógica extensionista, constarão do catálogo de disciplinas da universidade.

O oferecimento **excepcional de disciplinas com componente extensionista** não previsto no catálogo, conforme previsto no artigo 12 da resolução Consepe 253/22, deverão ser apreciadas pela plenária do curso com interlocução da equipe técnica da PROEC. Os fluxos e prazos para proposição deste tipo de oferecimento serão definidos pela coordenação do curso.

Os **TCCs em Planejamento Territorial** poderão ter carga horária convalidada como extensão, pelo curso, conforme previsto no artigo 16 da resolução Consepe 253/22, desde que o trabalho desenvolvido tenha caráter extensionista. Neste sentido, os trabalhos deverão caracterizar o problema abordado, seus objetivos e a metodologia utilizada em uma perspectiva de interação dialógica transformadora das realidades entre a universidade e grupos sociais não acadêmicos e não universitários. Os fluxos e prazos para essa convalidação serão definidos pela coordenação do curso.

8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares são formadas por um conjunto de atividades e intervenções pedagógicas obrigatórias de caráter não disciplinar, cumpridas no Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H), totalizando 48 horas, que valem para o cômputo de horas no Bacharelado em Planejamento Territorial.

9. ESTÁGIO CURRICULAR

O Bacharelado em Planejamento Territorial (BPT) não prevê a realização de estágio curricular obrigatório, porém a UFABC reconhece nessa atividade uma oportunidade de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Os estágios extracurriculares condicionam-se ao cumprimento da Resolução da Comissão de Graduação nº 12, de 11 de julho de 2016, que regulamenta as normas para a realização de estágio não obrigatório dos cursos de graduação, alterada pela Resolução da Comissão de Graduação nº 14, de 20 de fevereiro de 2017²³.

²³ Disponível em <http://prograd.ufabc.edu.br/comissao-de-graduacao/resolucoes/1390-resolucao-n-12-11-07-16-regulamenta-as-normas-para-a-realizacao-de-estagio-nao-obrigatorio-dos-cursos-de-graduacao-substitui-a-resolucao-consepe-n-112-alterada-pelo-ato-decisorio-consepe-n-103-alterada-pela-resolucao-cg-n-14-de-20-02-2017> . Acesso em 12 julho de 2021.

10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Conforme a Resolução ConCECS N° 43 de 06 de novembro de 2018²⁴, para conclusão da graduação, o estudante do BPT deverá apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que será realizado nas disciplinas TCC I e TCC II. Esta Resolução regulamenta e estabelece os procedimentos: de matrícula, da solicitação de aproveitamento da disciplina de outra graduação da UFABC, da solicitação de equivalência, da coordenação da disciplina, carga horária, bem como, da orientação, do desenvolvimento, da apresentação e da avaliação do TCC do BPT.

As disciplinas TCC I e II devem ser cursadas nos dois últimos quadrimestres do curso, preferencialmente. O Trabalho de Conclusão de Curso terá a supervisão de um professor orientador, credenciado no BPT (podendo ter co-orientador), e será avaliado por uma banca composta pelo orientador e mais dois professores adicionais.

O trabalho de conclusão de curso poderá ser resultado de um desdobramento de trabalho de pesquisa anteriormente realizado pelo estudante, ou ainda, como aprofundamento de uma das temáticas desenvolvidas nas disciplinas de integração e síntese, denominadas oficinas (constantes no Quadro 1), visto que abordam problemáticas específicas do BPT.

²⁴ Disponível em https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim_servico_ufabc_845.pdf. Acesso em 19 de julho de 2021.

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

De acordo com o projeto pedagógico da UFABC, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem no BPT é feita por meio de conceitos. Os parâmetros para avaliação de desempenho e atribuição de conceitos, conforme descritos abaixo:

- A** – Desempenho excepcional, demonstrando excelente compreensão da disciplina e do uso do conteúdo. Valor 4 (quatro) no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).
- B** – Bom desempenho, demonstrando boa capacidade de uso dos conceitos da disciplina. Valor 3 (três) no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).
- C** – Desempenho mínimo satisfatório, demonstrando capacidade de uso adequado dos conceitos da disciplina, habilidade para enfrentar problemas relativamente simples e prosseguir em estudos avançados. Valor 2 (dois) no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).
- D** – Aproveitamento mínimo não satisfatório dos conceitos da disciplina, com familiaridade parcial do assunto e alguma capacidade para resolver problemas simples, mas demonstrando deficiências que exigem trabalho adicional para prosseguir em estudos avançados. Nesse caso, o aluno é aprovado na expectativa de que obtenha um conceito melhor em outra disciplina, para compensar o conceito D no cálculo do CR. Havendo vaga, o aluno poderá cursar esta disciplina novamente. Valor 1 (um) no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).
- F** – Reprovado. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito. Valor 0 (zero) no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).
- O** – Reprovado por falta. A disciplina deve ser cursada novamente para obtenção de crédito. Valor 0 (zero) no cálculo do Coeficiente de Rendimento Acumulado (CR) ou no Coeficiente de Aproveitamento (CA).
- I** – Incompleto. Indica que uma pequena parte dos requerimentos do curso precisa ser completada. Este grau deve ser convertido em A, B, C, D ou F antes do término do quadrimestre subsequente.
- E** - Disciplinas equivalentes cursadas em outras escolas e admitidas pela UFABC. Embora os créditos sejam contados, as disciplinas com este conceito não participam do cálculo do CR ou do CA.

11.1 Definições dos coeficientes

Com base nos conceitos atribuídos às disciplinas, a avaliação dos estudantes deverá ser feita, também, por meio dos seguintes coeficientes, de acordo com a Resolução ConsEPE nº 147, de 17 de março de 2013²⁵:

- Coeficiente de Rendimento (**CR**): é um número indicativo do desenvolvimento do aluno no curso, cujo cálculo considera os conceitos obtidos em todas as disciplinas por ele cursadas. O cálculo do CR leva em conta a média ponderada dos conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno, considerando seus respectivos créditos;
- Coeficiente de Aproveitamento (**CA**): definido pela média dos melhores conceitos obtidos em todas as disciplinas cursadas pelo aluno;
- Coeficientes de progressão acadêmica (**CPk**): referente a integralização de créditos de um conjunto de disciplinas, sejam elas obrigatórias ou de opção limitada, que pertençam a um determinado curso “k”.

11.2. Frequência

A frequência mínima obrigatória para aprovação é de 75% das aulas ministradas e/ou atividades realizadas em cada disciplina presencial.

11.3. Avaliação

Os conceitos a serem atribuídos aos estudantes, em uma dada disciplina, não precisam estar rigidamente relacionados a qualquer nota numérica de provas, trabalhos ou exercícios. Os resultados também considerarão a capacidade do aluno de utilizar os conceitos e material das disciplinas, criatividade, originalidade, clareza de apresentação e participação em sala de aula e laboratórios.

O aluno, ao iniciar uma disciplina, será informado sobre as normas e critérios de avaliação que serão considerados.

11.4 Critérios de recuperação

O discente que faltar à avaliação presencial poderá realizá-la sob a forma de mecanismos de avaliação substitutivos, conforme critérios estabelecidos pelo docente responsável pela disciplina e explicitados no início do quadrimestre letivo. Fica também assegurado ao discente o direito a mecanismos de avaliação substitutivos nos casos comprovados por meio de apresentação de

²⁵ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consepe-no-147-define-os-coeficientes-de-desempenho-utilizados-nos-cursos-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso em 12 julho de 2021.

documentos comprobatórios ao docente responsável, de acordo com Resolução ConsEPE nº 227 de 23 de abril de 2018²⁶.

Fica também garantido ao discente que for aprovado com conceito D ou reprovado com conceito F em uma disciplina, além dos critérios estabelecidos pelo docente em seu Plano de Ensino, o direito a fazer uso de mecanismos de recuperação de acordo com a Resolução ConsEPE nº 182 de 23 out. 2014²⁷, que define que o mecanismo de recuperação não poderá ser aplicado em período inferior a 72 horas após a divulgação dos conceitos das avaliações regulares.

11.5. Critérios de desligamento

Os critérios para desligamento de discente por decurso dos prazos máximos para progressão e integralização dos cursos de graduação são normatizados pela Resolução ConsEPE nº 166, 8 out. 2013²⁸. De acordo com a resolução, fica estabelecido o prazo de 2n anos letivos como prazo máximo para permanência do aluno na UFABC, sendo n o número de anos letivos previsto no Projeto Pedagógico do Curso. O aluno deverá ser desligado após n anos letivos, nos casos em que tenha obtido, até esse prazo, menos de 50% dos créditos em disciplinas obrigatórias ou CPk menor que 0,5.

No caso em que o aluno já tenha matrícula ou reserva de vaga em curso de formação específica, ele terá o prazo de 2 anos letivos para integralização do curso, sendo nesse caso n o número de anos de integralização do curso de maior duração oferecido pela UFABC.

²⁶ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consepe-n-227-regulamenta-a-aplicacao-de-mecanismos-de-avaliacao-substitutivos-nos-cursos-de-graduacao-da-ufabc-revoga-e-substitui-a-resolucao-consepe-n-181>. Acesso em 12 de julho de 2021.

²⁷ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consepe-nd-182-regulamenta-a-aplicacao-de-mecanismos-de-recuperacao-nos-cursos-de-graduacao-da-ufabc>. Acesso em 12 de julho de 2021.

²⁸ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/administracao/conselhos/consepe/resolucoes/resolucao-consepe-no-166-revoga-e-substitui-a-resolucao-consep-no-44>. Acesso em 12 de julho de 2021.

12. INFRAESTRUTURA

12.1. Os Laboratórios

12.1.1. Laboratórios Didáticos

A Coordenadoria dos Laboratórios Didáticos (CLD), vinculada à PROGRAD, é responsável pela gestão administrativa dos laboratórios didáticos e por realizar a interface entre docentes, discentes e técnicos de laboratório nas diferentes áreas, de forma a garantir o bom andamento dos cursos de graduação, no que se refere às atividades práticas em laboratório.

A CLD é composta por um Coordenador dos Laboratórios Úmidos, um Coordenador dos Laboratórios Secos e um Coordenador dos Laboratórios de Informática e Práticas de Ensino, bem como equipe técnico-administrativa.

Os laboratórios são dedicados às atividades didáticas práticas que necessitam de infraestrutura específica e diferenciada, não atendidas por uma sala de aula convencional. São quatro diferentes categorias de laboratórios didáticos disponíveis para os usos dos cursos de graduação da UFABC: secos, úmidos, de informática e de prática de ensino.

- **Laboratórios Didáticos Secos** são espaços destinados às aulas da graduação que necessitem de uma infraestrutura com bancadas e instalação elétrica e/ou instalação hidráulica e/ou gases, uso de kits didáticos e mapas, entre outros.
- **Laboratórios Didáticos Úmidos** são espaços destinados às aulas da graduação que necessitem manipulação de agentes químicos ou biológicos, uma infraestrutura com bancadas de granito, com capelas de exaustão e com instalações hidráulica, elétrica e de gases;
- **Laboratórios Didáticos Práticas de Ensino** são espaços destinados ao suporte dos cursos de licenciatura, desenvolvimento de habilidades e competências para docência da educação básica, podendo ser úteis também para desenvolvimentos das habilidades e competências para docência do ensino superior;
- **Laboratórios Didáticos de Informática** são espaços para aulas utilizando recursos de tecnologia de informação como microcomputadores, acesso à internet, linguagens de programação, softwares, hardwares e periféricos.

O Campus de São Bernardo do Campo conta com 11 laboratórios didáticos, sendo 2 laboratórios com 38 lugares com mesas adaptados e de uso prioritário para as **disciplinas em formato de oficina**, aptos para a elaboração e a manipulação de material cartográfico, maquetes e outros. Esses laboratórios atendem as disciplinas obrigatórias de Métodos de Planejamento, Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional, Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais, Oficina de Planejamento Urbano e Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana e a disciplina de opção limitada Oficina de Projeto Urbano.

12.1.2. Laboratórios de Informática

No Bloco Alfa 2, o laboratório de Cartografia e Geoprocessamento com computadores e softwares de desenho, geoprocessamento e sensoriamento remoto com 45 lugares foi estruturado para atender as disciplinas obrigatórias de Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial e Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento e para a disciplina de opção limitada de Informática Aplicada ao Planejamento Territorial.

Além disso, o Campus de São Bernardo do Campo conta com 8 laboratórios de informática nos Blocos Alfa 1 e Bloco Alfa 2 que atendem as disciplinas que demandam estrutura de softwares e que são ofertadas por vários cursos de graduação da UFABC como Bases Computacionais da Ciência, Introdução a Análise Custo-benefício de Políticas Públicas e Introdução à Inferência Estatística e elencadas como disciplinas obrigatórias ou limitadas do BPT.

12.2 Sistema de Bibliotecas – SISBI

O Sistema de Bibliotecas da UFABC, cuja finalidade é atender as demandas informacionais da comunidade universitária e científica interna e externa à Universidade, é formado por unidades de bibliotecas localizadas nos Campi de Santo André e São Bernardo do Campo, responsáveis por atender e apoiar a comunidade universitária em suas atividades de ensino pesquisa e extensão, de forma articulada e pautada na proposta interdisciplinar do projeto pedagógico e de seu plano de desenvolvimento institucional.

As Bibliotecas que compõem o Sistema possuem amplo e diversificado acervo, com aproximadamente 100.000 exemplares de livros físicos e 42.000 títulos de livros eletrônicos, sendo, todas as coleções da editora Springer Nature entre os anos de 2.005 e 2.014, todos os títulos publicados pela editora Wiley em 2.016 e pelos títulos da editora Ebsco referentes a coleção EbscoHost. E, em complemento, títulos resultantes de assinaturas anuais com demais editoras, como: Elsevier, Cengage Learning e Wiley. Além da filmoteca que conta com mais de 1.000 títulos de filmes.

O SisBi ainda, dispõe de sistema (SophiA) que permite o acesso ao seu catálogo e portal na internet para acesso às informações sobre seus serviços e a conteúdos externos, como: sistema Scielo que contempla seleção de periódicos científicos brasileiros, sistema Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); sistema COMUT que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informações internacionais; Portal de Periódicos da CAPES, que oferece uma seleção das mais importantes fontes de informação científica e tecnológica, de acesso gratuito na Web. Atualmente, o portal dispõe de 34.457 periódicos eletrônicos, relacionados às diversas áreas do conhecimento e, ainda, acesso a mais de 2.000 bases de dados; dentre outros.

Convênios também são estabelecidos pelo SisBi, entre os mais significativos o serviço de Empréstimo Entre Bibliotecas (EEB), que estabelece a cooperação e potencializa a utilização do acervo das instituições universitárias participantes, favorecendo a disseminação da informação entre universitários e pesquisadores de todo o país. Outro convênio a ser notado é com o IBGE, que tem por objetivo ampliar para a sociedade, o acesso às informações produzidas por meio de

cooperação técnica com o Centro de Documentação e Disseminação de Informações do IBGE. Assim, o SisBi passou a ser depositário das publicações editadas por esse órgão.

As unidades de bibliotecas atendem a comunidade de segunda a sexta, de 8 às 22h, mantendo-se em uma estrutura física com área total de 4.529 m², onde se distribuem 521 assentos; além de terminais de consulta ao acervo. Buscando promover o exercício a reflexão crítica nos espaços universitários, bem como a interação com os diversos públicos, desenvolve ainda, programas e projetos culturais como: CineArte, exibido também ao ar livre; PublicArte; Saraus e Exposições.

12.3 Tecnologias digitais

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm sido cada vez mais utilizadas no processo de ensino e aprendizagem. Sua importância não está restrita apenas à oferta de disciplinas e cursos semipresenciais, ou totalmente a distância, ocupando um espaço importante também como mediadoras em disciplinas e cursos presenciais.

12.3.1. Infraestrutura

As salas de aula da UFABC são equipadas com projetor multimídia e um computador, e as disciplinas práticas, que demandam o uso de computadores e internet, são ministradas em laboratórios equipados com 30-48 computadores com acesso à Internet, projetor multimídia e softwares relacionados às atividades desenvolvidas. Estão disponíveis também 10 lousas digitais, distribuídas em salas específicas de cada centro. Para o uso dessas ferramentas e infraestrutura, os docentes contam com o suporte técnico do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e da Coordenação de Laboratórios Didáticos (CLD).

12.3.2. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Com o intuito de estimular a integração das TIC, a UFABC incentiva o uso de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (TIDIA 4 ou Moodle) como ferramenta de apoio ao ensino presencial e semipresencial nas diversas disciplinas. O AVA pode possibilitar a interação entre alunos e professores por meio de ferramentas de comunicação síncrona (e.g. bate papo/ chat) e assíncrona (e.g. fórum de discussões, correio eletrônico), além de funcionar como repositório de conteúdos didáticos, e permitir propostas de atividades individuais e colaborativas.

12.3.3. Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas (NETEL)

No âmbito da utilização das TIC nas diferentes modalidades de ensino e aprendizagem (presencial, semipresencial e a distância), a UFABC conta com o apoio do Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas²⁹ (<http://netel.ufabc.edu.br/>). O NETEL está organizado em seis divisões (Cursos, Design e Inovação Educacional, Tecnologias da Informação, Audiovisual, Comunicação e idiomas), e oferece cursos de extensão e oficinas para capacitação de docentes interessados na integração de novas metodologias e tecnologias digitais nas suas práticas de ensino. Os cursos e oficinas são oferecidos periodicamente, nas modalidades presencial e semipresencial, e possibilitam a formação e a atualização em diferentes domínios, por exemplo: docência com

²⁹ O NETEL está localizado no campus da UFABC de Santo André, Av. dos Estados, 5001 - SP – Brasil - CEP 09210-580, Bloco L – 3º Andar. Contatos: Telefone: (11) 3356 -7646 (Administração) e e-mail: netel@ufabc.edu.br. Site: <http://netel.ufabc.edu.br>

tecnologias, desenvolvimento de objetos de aprendizagem, jogos digitais educacionais, videoaulas, webconferência, lousa digital, metodologias ativas de ensino, ferramentas digitais de apoio à aprendizagem. Para apoiar a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, outras iniciativas formativas do NETEL são os cursos semipresenciais Planejamento de cursos virtuais, que se configura em uma oportunidade de reflexão e compartilhamento de ideias sobre estratégias, ferramentas e métodos que apoiam a criação de espaços virtuais de aprendizagem, e o curso Formação de Tutores para EAD, que têm como objetivo capacitar alunos de graduação e pós-graduação e pessoas interessadas em atuar como tutores/monitores. Para apoiar o docente na criação e oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, o NETEL conta com uma equipe de profissionais da área de Design Instrucional e especialistas no desenvolvimento de recursos educacionais, como objetos de aprendizagem e jogos educacionais. O NETEL possui também uma divisão de audiovisual com infraestrutura completa de estúdio e equipamentos para gravação de videoaulas e podcasts. O estúdio proporciona apoio à comunidade acadêmica em diversos projetos de extensão e outras iniciativas que demandam o uso de recursos audiovisuais como filmagem de aulas, palestras etc. Em 2019 o NETEL passou a integrar uma nova divisão, divisão de idiomas, no qual é responsável por desenvolver a política linguística da UFABC por meio da ofertas de cursos de línguas gratuitos e presenciais como: cursos de inglês; português; espanhol e francês.

Por se tratar de uma instituição que busca excelência no uso das TIC, muitos pesquisadores da UFABC têm desenvolvido pesquisas interdisciplinares nas áreas de Educação, Ensino, Ciência da Computação, Comunicação etc., com o objetivo de compreender as potencialidades de uso das TIC e sua influência nos processos de ensino e aprendizagem. Neste contexto, os docentes envolvidos no núcleo juntamente com parceiros da UFABC desenvolvem pesquisas com a finalidade de renovação e atualização constante das TICs tanto no ensino quanto apoio ao mesmo.

12.3.4. Oferta de disciplinas na modalidade EAD

Em consonância com a Portaria MEC n. 2.117/2019, que orienta sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior (IES), de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. Neste sentido, as coordenações dos cursos de graduação juntamente com o seu corpo docente poderão decidir como farão o uso desta portaria no sentido de incluir componentes curriculares que, no todo ou em parte, utilizem a modalidade de ensino semipresencial ou a distância, desde que esta oferta não ultrapasse 40% (quarenta por cento) da carga horária do curso. Uma mesma disciplina do curso poderá ser ofertada nos formatos presencial e semipresencial, com Planos de Ensino devidamente adequados à sua oferta. O número de créditos atribuídos a um componente curricular será o mesmo em ambos os formatos. Para fins de registros acadêmicos, não existe qualquer distinção entre as ofertas presencial ou semipresencial de um dado componente curricular. Portanto, em ambos os casos, as TICs, o papel dos tutores e dos docentes, a metodologia de ensino, e o material didático a serem utilizados deverão ser detalhados em proposta de Plano de Aula a ser avaliado pela coordenação do curso antes de sua efetiva implantação.

12.3 Acessibilidade

A UFABC possui um Núcleo de Acessibilidade, lotado na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP) responsável por executar as políticas de assistência estudantil direcionadas aos estudantes com deficiência da nossa comunidade. Essas ações e projetos visam eliminar as barreiras arquitetônicas, atitudinais e de comunicação promovendo a inclusão das pessoas com deficiência. É papel da ProAP dar suporte a estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas, além de orientar a comunidade acadêmica nas questões que envolvem o atendimento educacional destes estudantes. Além disso, a fim de possibilitar à pessoa com deficiência viver de forma autônoma e participar de todos os aspectos da vida acadêmica, a ProAP preza pela disseminação do conceito de desenho universal, conforme disposto na legislação vigente. Orientar o corpo docente, acolher aos estudantes respeitando suas especificidades, difundir e oferecer Tecnologias Assistivas, dar suporte de monitoria acadêmica as disciplinas da graduação, disponibilizar tradução e interpretação de LIBRAS, além da oferta de alguns programas de subsídios financeiros propostos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, também fazem parte dos programas em acessibilidade da UFABC.

Mais informações ficam disponíveis em: <http://proap.ufabc.edu.br>.

13. DOCENTES

13.1. Corpo docente credenciado

Quadro 9. Docentes credenciados no BPT (atualizado em agosto de 2022)

#	Nome	Área de Formação	Titulação	Regime de trabalho	Currículo na Plataforma Lattes
1	André Buonani Pasti	Geografia – Geografia Humana	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/6023332625296760
2	Angela Terumi Fushita	Ciências Biológicas - Ecologia	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/1078644223231926
3	Angelo Marcos Queiróz Prates	Economia – Desenvolvimento Econômico	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5420108206600781
4	Arlson da Silva Favareto	Ciências Sociais – Ciência Ambiental	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/8302799021512210
5	Beatriz Tamasso Miotto	Economia – Desenvolvimento Econômico	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/0339601323425304
6	Carolina Moutinho Duque de Pinho	Geografia – Sensoriamento remoto	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/3705757443730771
7	Carolina Simões Galvanese	Ciências Sociais – Planejamento e Gestão do Território	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/7667333759634911
8	Flávia da Fonseca Feitosa	Arquitetura e Urbanismo – Sensoriamento remoto	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5350911984549256
9	Francisco de Assis Comaru	Engenharia Civil – Saúde Pública	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5365980970949716
10	Gerardo Alberto Silva	Geografia – Planejamento Urbano	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/7248603049937404
11	Gilson Lameira de Lima	Arquitetura e Urbanismo	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/2377839738522323
12	Guadalupe Maria Jungers Abib de Almeida	Direito Urbanístico e Ambiental	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/2468330437698537
13	Humberto de Paiva Junior	Engenharia Civil - Transportes	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/9949718340030535
14	Jeroen Johannes Klink	Economia – Planejamento Urbano	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/6727016321047268
15	José Raimundo Sousa Ribeiro Jr.	Geografia – Geografia Humana	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/4067454977297070
16	Klaus Frey	Ciências Sociais – Planejamento Urbano e Regional	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5464905377022626

#	Nome	Área de Formação	Titulação	Regime de trabalho	Currículo na Plataforma Lattes
17	Leonardo Freire de Mello	Engenharia Agrônômica – Demografia	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/2650858119455746
18	Luciana Nicolau Ferrara	Arquitetura e Urbanismo – Planejamento Urbano e Ambiental	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/2935576787315800
19	Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos	Arquitetura e Urbanismo – Ciência Ambiental	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/7481312139052677
20	Luciana Xavier de Oliveira	Comunicação Social – Cultura Contemporânea	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/1710018243747030
21	Luis Roberto de Paula	Ciências Sociais – Antropologia Social	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/3959398513054251
22	Marcos Barcellos de Souza	Economia – Desenvolvimento Econômico	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5809820133277364
23	Marcos Vinicius Pó	Engenharia Elétrica – Administração Pública e Governo	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/0046056454421399
24	Mariana Mencio	Direito Urbanístico e Ambiental	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/6407070142634594
25	Patrícia Maria de Jesus	Geografia – Planejamento Urbano	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5213619446529388
26	Roberta Guimarães Peres	Ciências Sociais – Demografia	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/8745959404189403
27	Rosana Denaldi	Arquitetura e Urbanismo – Planejamento Urbano	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/3994226179279424
28	Sandra Irene Momm Schult	Arquitetura e Urbanismo – Ciência Ambiental	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/2553716340194286
29	Silvana Maria Zioni	Arquitetura e Urbanismo – Planejamento Urbano e Regional	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/4230575294092071
30	Thais Tartalha do Nascimento Lombardi	Ciências Sociais – Demografia	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/6768345942522913
31	Vanessa Lucena Empinotti	Engenharia Agrônômica – Ciência Ambiental	Doutora	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/6212045957387120
32	Vitor Vieira Vasconcelos	Ciência Ambiental – Geologia Ambiental	Doutor	Dedicação Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/8151243279050980
	Katia Canil	Geografia Física	<i>in memoriam</i>		

13.2. Núcleo Docente Estruturante

Nomeado pela Portaria CECS n. 28 de 26 de março de 2019 (pág. 120)³⁰.

Quadro 10. Núcleo Docente Estruturante do curso de Bacharelado Planejamento Territorial

Docentes participantes do Núcleo Docente Estruturante

Profa. Dra. Carolina Moutinho Duque de Pinho

Profa. Dra. Guadalupe Maria Jungers Abib de Almeida

Prof. Dr. Jeroen Johannes Klink

Prof. Dr. Leonardo Freire de Mello

Profa. Dra. Luciana Nicolau Ferrara

Profa. Dra. Mariana Mencio (Presidente)

Profa. Dra. Rosana Denaldi

Profa. Dra. Silvana Maria Zioni

Prof. Dr. Vitor Vieira Vasconcelos

³⁰ Disponível em https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim_servico_ufabc_830.pdf. Acesso em 15 julho de 2021.

14. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

No projeto pedagógico da UFABC, existem mecanismos de autoavaliação implementados e em andamento, que se encontram em constante aprimoramento.

No Decreto nº 9.235 de 15/12/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior (IES) e Cursos superiores de Graduação e Sequenciais no sistema federal de ensino, no seu artigo 1º, parágrafo 3º, lê-se que a avaliação realizada pelo SINAES constitui referencial básico para os processos de regulação e supervisão da educação superior, a fim de promover sua qualidade.

No que tange propriamente à estruturação da avaliação interna preconizada pelo SINAES, há três processos distintos e coadunados de avaliação:

- 1 Avaliação institucional, que contempla um processo de autoavaliação realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)³¹ da UFABC focada nos aspectos institucionais gerais da Universidade.
- 2 Avaliação de disciplinas, aplicada aos docentes e discentes ao final de cada período letivo, cujos resultados são processados e compõem um relatório anualmente entregue à Pró-reitoria de Graduação, além de ser discutido na Coordenação do Curso, no Núcleo Docente Estruturante e com as coordenações de disciplinas, servindo de insumo para ajustes na didática e ementas. Esse processo é operacionalizado pela Pró-reitoria de Graduação e abrange no mínimo três esferas: a) da atuação acadêmica e funcional do docente; b) da infraestrutura e projeto pedagógico do curso; e c) da atuação discente³²
- 3 Avaliação de curso pelos estudantes, aplicada aos discentes anualmente e que são processadas e analisadas pela coordenação para revisões e ajustes nas práticas e no projeto pedagógico. Esse processo é operacionalizado pela Pró-reitoria de Graduação.

Com base nas informações enviadas, a coordenação do BPT, em conjunto com seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), elabora, anualmente, um relatório diagnóstico e um plano estratégico para aperfeiçoamento do currículo, atuação pedagógica docente e da infraestrutura do curso. Este relatório é apresentado à plenária do curso e encaminhado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e ao Centro das Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas (CECS).

³¹ Disponível em <http://www.ufabc.edu.br/administracao/comissoes/cpa>. Acesso em 12 de julho de 2021.

³² Disponível em https://prograd.ufabc.edu.br/cg/2017/resolucao_cg_019_2017.pdf. Acesso em 12 de julho de 2021.

15. DISCIPLINAS

Nesta seção será apresentado o rol disciplinas obrigatórias para o curso de BPT (Quadro 11). As disciplinas de opção limitada encontram-se listadas no Documento Complementar I deste Projeto Pedagógico. Para as disciplinas livres considera-se a opção do aluno em selecionar as disciplinas de seu interesse no rol das oferecidas na universidade.

As disciplinas de opção limitada de Tópicos Especiais em Planejamento Territorial e Práticas Especiais em Planejamento Territorial foram criadas com o intuito de trabalhar temas que estão sendo desenvolvidos pelos professores em pesquisas e projetos de pesquisa e extensão, de modo que as expertises e os conhecimentos adquiridos por eles possam ser compartilhados com os alunos. O objetivo é possibilitar discussões, práticas e experimentos a partir de atualidades e temas extracurriculares, os quais complementarão a grade curricular do curso.

Quadro 11. Disciplinas Obrigatórias para o Bacharelado em Planejamento Territorial

Sigla	Nome	T	P	E	I	Créditos
BCL0306-15	Biodiversidade: Interações entre Organismos e Ambiente	3	0	0	4	3
BHO0001-19	Introdução às Humanidades e às Ciências Sociais	2	0	0	3	2
BHO0002-19	Introdução ao Pensamento Econômico	3	0	0	4	3
BHO0101-15	Estado e Relações de Poder	4	0	0	4	4
BHO0102-15	Desenvolvimento e Sustentabilidade	4	0	0	4	4
BHO1102-19	Introdução à Economia	3	0	0	4	3
BHO1335-15	Formação do Sistema Internacional	4	0	0	4	4
BHP0001-15	Ética e Justiça	4	0	0	4	4
BHP0202-15	Pensamento Crítico	4	0	0	4	4
BHP0202-19	Temas e Problemas em Filosofia	3	0	0	4	3
BHQ0001-15	Identidade e Cultura	3	0	0	4	3
BHQ0002-15	Estudos Étnico-Raciais	3	0	0	4	3
BHQ0003-15	Interpretações do Brasil	4	0	0	4	4
BHQ0004-19	Estudos de Gênero	3	0	0	4	3
BHQ0301-15	Território e Sociedade	4	0	0	4	4
BHS0005-19	Práticas em Ciências e Humanidades	1	2	0	4	3
BIN0406-15	Introdução à Probabilidade e à Estatística	3	0	0	4	3
BIQ0602-15	Estrutura e Dinâmica Social	3	0	0	4	3
BIR0004-15	Bases Epistemológicas da Ciência Moderna	3	0	0	4	3
BIR0603-15	Ciência, Tecnologia e Sociedade	3	0	0	4	3
BIS0003-15	Bases Matemáticas	4	0	0	5	4
BIS0005-15	Bases Computacionais da Ciência	0	2	0	2	2

Sigla	Nome	T	P	E	I	Créditos
ESHT001-17	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território	2	0	0	2	2
ESHT002-17	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	2	3	0	3	5
ESHT003-17	Demografia	4	0	0	4	4
ESHT005-17	Economia do Território	4	0	0	3	4
ESHT006-17	Economia Urbana	4	0	0	4	4
ESHT007-17	Estudos do Meio Físico	4	0	0	4	4
ESHT008-17	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	4	0	0	4	4
ESHT009-17	História da Cidade e do Urbanismo	4	0	0	4	4
ESHT010-17	Métodos de Planejamento	3	1	0	4	4
ESHT011-21	Análise de dados para o Planejamento Territorial	2	2	0	4	4
ESHT012-17	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local	4	0	0	4	4
ESHT013-22	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	0	4	1	4	4
ESHT014-22	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	0	4	1	4	4
ESHT015-22	Oficina de Planejamento Urbano	0	4	1	4	4
ESHT016-22	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	0	4	1	4	4
ESHT017-17	Planejamento e Política Ambiental	4	0	0	4	4
ESHT018-17	Planejamento e Política Regional	4	0	0	4	4
ESHT019-17	Planejamento e Política Rural	4	0	0	4	4
ESHT020-17	Política Metropolitana	4	0	0	4	4
ESHT021-17	Política Urbana	4	0	0	4	4
ESHT023-17	Sociologia dos Territórios	4	0	0	4	4
ESHT024-17	Uso do Solo Urbano	4	0	0	4	4
ESHT025-17	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	4	0	0	4	4
ESHT026-21	Biodiversidade, Geodiversidade e Paisagem	3	0	0	4	3
ESHT902-17	Trabalho de Conclusão de Curso I de Planejamento Territorial	0	2	0	12	2
ESHT903-17	Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial	0	2	0	12	2
ESTU039-17	Regulação Ambiental e Urbanística	2	0	0	4	2

16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

16.1. Síntese de capacidades e habilidades a serem desenvolvidas em cursos de planejamento, segundo a AESOP (2010)

A descrição abaixo, em inglês, da AESOP (2010) apresenta uma síntese das capacidades e habilidades a serem desenvolvidas em cursos de planejamento:

K - Knowledge and understanding with regard to:

- Spatial planning and policy-making in different institutional contexts;
- Theoretical foundations of planning concepts, methods and styles in a comparative international perspective;
- The processes that determine urban and regional development as well as their interconnectedness with the three dimensions of sustainability (economical, societal, environmental) ;
- Robust knowledge reflecting the current state of the art within the specializations chosen in the programs offer : Territorial policies of the European Union – Planning cities and regions for competitiveness – Planning the transition towards the knowledge society – Regeneration of wide distressed urban areas – Project management – Innovative tools for planning)

T- Technical skills: ability to apply the knowledge to the professional practise:

- Carry out advanced studies on current problems, opportunities and future needs in the field of planning at the local, national and international level and for this purpose:
- Use quantitative and qualitative tools for spatial analysis
- Analyze the game of the stakeholders
- Relate a planning question to its social, economical, environmental, political context
- Propose a comprehensive strategy to cope with a planning issue and for this purpose:
- Develop inter-sectorial and mutli-scalar approaches
- Evaluate the institutional and financial implications of a planning project and/or policy
- Carry out an environmental assessment of of planning project/policy

O- Overall ability to judge:

- Assess the merits of various theoretical and policy-based analyses of planning
- Detect the implicit assumptions in theoretical and societal views on planning problems
- Contextualize planning objectives and policies in different timely, cultural and institutional backgrounds
- Develop their own opinion on the nature and manner of dealing with new planning problems

C- Communicative skills:

- Make effective and oral an written presentations of complex tasks in urban planning and regional development
- Use of the modern communication techniques and tools
- Lead and work in international, multi-disciplinary contexts
- Negotiate with institutional and non-institutional stakeholders

L- Learning abilities:

- Independently track developments within the discipline
- Define his needs and make good use of life-long professional learning opportunities
- Adapt to the evolutions of a career and when relevant develop/transform his profile
- Study at post-mater level, including PhD.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Documento complementar I. Disciplinas de Opção Limitada - Bacharelado em Planejamento Territorial

Documento complementar II. Regras de Transição de Matrizes e Tabela de Transição de Matriz Curricular do Bacharelado em Planejamento Territorial

DOCUMENTO COMPLEMENTAR I

Disciplinas de Opção Limitada - Bacharelado em Planejamento Territorial

Sigla	Nome	T	P	E	I	Créd.
ESZT001-17	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas	4	0	0	4	4
ESHPO31-14	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	4	0	0	4	4
ESTU025-17	Avaliação de Impactos Ambientais	2	2	0	4	4
ESHPO04-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades	4	0	0	4	4
ESZT002-17	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana	4	0	0	4	4
ESZT017-17	Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil	4	0	0	4	4
ESTG004-17	Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos	2	2	0	5	4
ESZT003-17	Energia e Abastecimento	4	0	0	4	4
ESHR007-14	Geografia Política	4	0	0	4	4
ESZU028-17	Geotecnia Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental	2	1	0	3	3
ESZU011-17	Gestão Urbano-Ambiental	3	1	0	4	4
ESTU007-17	Habituação e Assentamentos Humanos	3	1	0	5	4
ESZT005-17	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	1	3	0	4	4
MCTC014-13	Introdução à Inferência Estatística	3	1	0	4	4
ESHPO14-13	Introdução às Políticas Públicas	4	0	0	4	4
ESZT006-17	Mercado Imobiliário	4	0	0	4	4
ESZT007-17	Oficina de Projeto Urbano	0	4	0	4	4
ESZT008-17	Patrimônio Cultural e Paisagem	4	0	0	4	4
ESZT009-17	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais	4	0	0	4	4
ESZT010-17	Políticas de Infraestrutura	4	0	0	4	4
ESZT011-17	Política Habitacional	4	0	0	4	4
ESZP009-13	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil	4	0	0	4	4
ESHPO18-14	Políticas Sociais	4	0	0	4	4
ESZT012-17	Saneamento Ambiental	4	0	0	4	4
ESZT013-17	Segurança dos Territórios	4	0	0	4	4
ESZT014-17	Sustentabilidade e Indicadores	4	0	0	4	4
ESZT015-17	Território e Logística	4	0	0	4	4
ESTU021-17	Transportes e Mobilidade Urbana	2	0	0	4	2
ESZT016-17	Urbanização Brasileira	4	0	0	4	4
ESZT018-17	Tópicos Especiais em Planejamento Territorial	4	0	0	4	4
ESZT020-17	Práticas Especiais do Planejamento Territorial	0	4	0	4	4
ESZT022-17	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais	4	0	0	4	4
ESZT025-21	Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas para o Planejamento	2	2	0	4	4

Sigla	Nome	T	P	E	I	Créd.
	Territorial					
ESZT026-21	Tópicos Especiais em Políticas Setoriais no Território	2	2	0	4	4
ESZC018-17	Análise Econômica de Projetos (BCE)	4	0	0	4	4
ESZC025-17	Capitalismo Contemporâneo (BCE)	4	0	0	4	4
ESHC030-17	Desigualdades de Raça, Gênero e Renda (BCE)	4	0	0	4	4
ESZR017-14	Regimes de Negociação Ambiental Internacional e a Atuação Brasileira (BRI)	4	0	0	4	4
ESZR006-13	Dinâmica e desafios dos processos migratórios (BRI)	4	0	0	4	4
ESHR005-13	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo (BPP)	4	0	0	4	4
ESZP002-13	Instituições Judiciais e Políticas Públicas (BPP)	4	0	0	4	4
ESZP044-14	Meio Ambiente e Políticas Públicas (BPP)	4	0	0	4	4
ESHP016-13	Métodos Quantitativos para Ciências Sociais (BPP)	2	2	0	4	4
ESTU004-17	Cartografia e Geoprocessamento (EAU)	1	3	0	3	4
ESTU040-17	Projeto Ambiental Urbano (EAU)	1	3	0	4	4
ESZU034-17	Ecologia do Ambiente Urbano (EAU)	2	0	0	4	2
ESZU030-17	Riscos No Ambiente Urbano (EAU)	3	1	0	3	4
ESZU017-17	Sensoriamento Remoto (EAU)	1	3	0	2	4

DOCUMENTO COMPLEMENTAR II

Regras de Transição de Matrizes e Tabela de Transição de Matriz Curricular do Bacharelado em Planejamento Territorial

Regras de Transição de Matrizes do Curso

- 1ª. Para fins de integralização de alunos ingressantes anteriores a 2022 que optem pela grade do PPC 2022, os créditos de disciplinas Obrigatórias do PPC 2017 ou 2010 que não tenham convalidação serão considerados como créditos de Opção Limitada.
- 2ª. Para fins de integralização de alunos ingressantes anteriores a 2022 que cursem disciplinas Obrigatórias pela grade do PPC 2022 que não tenham convalidação, as mesmas terão seus créditos considerados como Opção Limitada.
- 3ª. Eventuais créditos faltantes ou excedentes em disciplinas Obrigatórias causados pela mudança de créditos de disciplinas poderão ser compensados ou integralizados como créditos de Opção Limitada para fins de integralização.

Tabela de Transição de Matriz Curricular

2012/2013				2017				2022			
Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria
ESZT001-13	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas	4	Opção Limitada	ESZT001-17	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas	4	Opção Limitada	ESZT001-17	Análise da Produção do Espaço e Políticas Públicas Urbanas	4	Opção Limitada
ESZC018-17	Análise Econômica de Projetos	4	Opção Limitada	ESZC018-17	Análise Econômica de Projetos	4	Opção Limitada	ESZC018-17	Análise Econômica de Projetos	4	Opção Limitada
ESHT001-13	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território	2	Obrigat.	ESHT001-17	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território	2	Obrigat.	ESHT001-17	Arranjos Institucionais e Marco Regulatório do Território	2	Obrigat.
ESTU002-13	Avaliação de Impactos Ambientais	4	Opção Limitada	ESTU025-17	Avaliação de Impactos Ambientais	4	Opção Limitada	ESTU025-17	Avaliação de Impactos Ambientais	4	Opção Limitada
CS2107	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	4	Opção Limitada	ESHPO31-14	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	4	Opção Limitada	ESHPO31-14	Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas	4	Opção Limitada
ESHT026-21	Biodiversidade, Geodiversidade e Paisagem	3	Opção Limitada	ESHT026-21	Biodiversidade, Geodiversidade e Paisagem	3	Opção Limitada	ESHT026-21	Biodiversidade, Geodiversidade e Paisagem	3	Obrigat.
ESZC025-17	Capitalismo Contemporâneo	4	Opção Limitada	ESZC025-17	Capitalismo Contemporâneo	4	Opção Limitada	ESZC025-17	Capitalismo Contemporâneo	4	Opção Limitada

Projeto Pedagógico do **Bacharelado em Planejamento Territorial**

2012/2013				2017				2022			
Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria
ESHT002-13	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	5	Obrigat.	ESHT002-17	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	5	Obrigat.	ESHT002-17	Cartografia e Geoprocessamento para o Planejamento Territorial	5	Obrigat.
ESTU004-17	Cartografia e Geoprocessamento	4	Opção Limitada	ESTU004-17	Cartografia e Geoprocessamento	4	Opção Limitada	ESTU004-17	Cartografia e Geoprocessamento	4	Opção Limitada
ESHP004-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades	4	Opção Limitada	ESHP004-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades	4	Opção Limitada	ESHP004-13	Cidadania, Direitos e Desigualdades	4	Opção Limitada
ESHT003-13	Demografia	4	Obrigat.	ESHT003-17	Demografia	4	Obrigat.	ESHT003-17	Demografia	4	Obrigat.
ESHT004-13	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	4	Obrigat.	ESHT025-17	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	4	Obrigat.	ESHT025-17	Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil	4	Obrigat.
ESZT002-13	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana	4	Opção Limitada	ESZT002-17	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana	4	Opção Limitada	ESZT002-17	Desenvolvimento Humano e Pobreza Urbana	4	Opção Limitada
ESHC030-17	Desigualdades de Raça, Gênero e Renda	4	Opção Limitada	ESHC030-17	Desigualdades de Raça, Gênero e Renda	4	Opção Limitada	ESHC030-17	Desigualdades de Raça, Gênero e Renda	4	Opção Limitada
ESZR006-13	Dinâmica e desafios dos processos migratórios	4	Opção Limitada	ESZR006-13	Dinâmica e desafios dos processos migratórios	4	Opção Limitada	ESZR006-13	Dinâmica e desafios dos processos migratórios	4	Opção Limitada

2012/2013				2017				2022			
Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria
ESZT017-17	Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil	4	Opção Limitada	ESZT017-17	Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil	4	Opção Limitada	ESZT017-17	Dinâmicas Territoriais e Relações Étnico-Raciais no Brasil	4	Opção Limitada
ESZU034-17	Ecologia do Ambiente Urbano	2	Opção Limitada	ESZU034-17	Ecologia do Ambiente Urbano	2	Opção Limitada	ESZU034-17	Ecologia do Ambiente Urbano	2	Opção Limitada
ESHT005-13	Economia do Território	4	Obrigat.	ESHT005-17	Economia do Território	4	Obrigat.	ESHT005-17	Economia do Território	4	Obrigat.
ESHT006-13	Economia Urbana	4	Obrigat.	ESHT006-17	Economia Urbana	4	Obrigat.	ESHT006-17	Economia Urbana	4	Obrigat.
ESTG004-13	Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos	4	Opção Limitada	ESTG004-17	Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos	4	Opção Limitada	ESTG004-17	Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos	4	Opção Limitada
ESZT003-13	Energia e Abastecimento	4	Opção Limitada	ESZT003-17	Energia e Abastecimento	4	Opção Limitada	ESZT003-17	Energia e Abastecimento	4	Opção Limitada
ESHR005-13	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo	4	Opção Limitada	ESHR005-13	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo	4	Opção Limitada	ESHR005-13	Estado e Desenvolvimento Econômico no Brasil Contemporâneo	4	Opção Limitada
ESHT007-13	Estudos do Meio Físico	4	Obrigat.	ESHT007-17	Estudos do Meio Físico	4	Obrigat.	ESHT007-17	Estudos do Meio Físico	4	Obrigat.
ESHR007-13	Geografia Política	4	Opção Limitada	ESHR007-14	Geografia Política	4	Opção Limitada	ESHR007-14	Geografia Política	4	Opção Limitada
ESZU009-13	Geotecnia Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental	3	Opção Limitada	ESZU028-17	Geotecnia Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental	3	Opção Limitada	ESZU028-17	Geotecnia Aplicada ao Planejamento Urbano-Ambiental	3	Opção Limitada

2012/2013				2017				2022			
Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria
ESZU011-13	Gestão Urbano-Ambiental	4	Opção Limitada	ESZU011-17	Gestão Urbano-Ambiental	4	Opção Limitada	ESZU011-17	Gestão Urbano-Ambiental	4	Opção Limitada
ESHT008-13	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	4	Obrigat.	ESHT008-17	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	4	Obrigat.	ESHT008-17	Governança Pública, Democracia e Políticas no Território	4	Obrigat.
ESZT004-13	Habitação e Assentamentos Precários	4	Opção Limitada	ESTU007-17	Habitação e Assentamentos Humanos	4	Opção Limitada	ESTU007-17	Habitação e Assentamentos Humanos	4	Opção Limitada
ESHT009-13	História da Cidade e do Urbanismo	4	Obrigat.	ESHT009-17	História da Cidade e do Urbanismo	4	Obrigat.	ESHT009-17	História da Cidade e do Urbanismo	4	Obrigat.
ESZT005-13	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	4	Opção Limitada	ESZT005-17	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	4	Opção Limitada	ESZT005-17	Informática Aplicada ao Planejamento Territorial	4	Opção Limitada
ESZP002-13	Instituições Judiciais e Políticas Públicas	4	Opção Limitada	ESZP002-13	Instituições Judiciais e Políticas Públicas	4	Opção Limitada	ESZP002-13	Instituições Judiciais e Políticas Públicas	4	Opção Limitada
MCTC014-13	Introdução à Inferência Estatística	4	Opção Limitada	MCTC014-13	Introdução à Inferência Estatística	4	Opção Limitada	MCTC014-13	Introdução à Inferência Estatística	4	Opção Limitada
CS2101	Introdução a Políticas Públicas	4	Opção Limitada	ESHPO14-13	Introdução às Políticas Públicas	4	Opção Limitada	ESHPO14-13	Introdução às Políticas Públicas	4	Opção Limitada
ESZP044-14	Meio Ambiente e Políticas Públicas	4	Opção Limitada	ESZP044-14	Meio Ambiente e Políticas Públicas	4	Opção Limitada	ESZP044-14	Meio Ambiente e Políticas Públicas	4	Opção Limitada

2012/2013				2017				2022			
Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria
ESZT006-13	Mercado Imobiliário	4	Opção Limitada	ESZT006-17	Mercado Imobiliário	4	Opção Limitada	ESZT006-17	Mercado Imobiliário	4	Opção Limitada
ESHT010-13	Métodos de Planejamento	4	Obrigat.	ESHT010-17	Métodos de Planejamento	4	Obrigat.	ESHT010-17	Métodos de Planejamento	4	Obrigat.
ESHT011-13	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	4	Obrigat.	ESHT011-17	Métodos e Técnicas de Análise de Informação para o Planejamento	4	Obrigat.	ESHT011-21	Análise de dados para o Planejamento Territorial	4	Obrigat.
ESHP016-13	Métodos Quantitativos para Ciências Sociais	4	Opção Limitada	ESHP016-13	Métodos Quantitativos para Ciências Sociais	4	Opção Limitada	ESHP016-13	Métodos Quantitativos para Ciências Sociais	4	Opção Limitada
ESHT012-13	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local	4	Obrigat.	ESHT012-17	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local	4	Obrigat.	ESHT012-17	Mobilização Produtiva dos Territórios e Desenvolvimento Local	4	Obrigat.
ESZC012-13	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais	4	Opção Limitada	ESZT022-17	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais	4	Opção Limitada	ESZT022-17	Modelos Econômicos e Análise das Dinâmicas Territoriais	4	Opção Limitada
ESHT014-13	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	4	Obrigat.	ESHT014-17	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	4	Obrigat.	ESHT014-22	Oficina de Planejamento de Áreas Periurbanas, Interioranas e Rurais	4	Obrigat.

Projeto Pedagógico do **Bacharelado em Planejamento Territorial**

2012/2013				2017				2022			
Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria
ESHT016-13	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	4	Obrigat.	ESHT016-17	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	4	Obrigat.	ESHT016-22	Oficina de Planejamento e Governança Metropolitana	4	Obrigat.
ESHT013-13	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	4	Obrigat.	ESHT013-17	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	4	Obrigat.	ESHT013-22	Oficina de Planejamento Macro e Meso Regional	4	Obrigat.
ESHT015-13	Oficina de Planejamento Urbano	4	Obrigat.	ESHT015-17	Oficina de Planejamento Urbano	4	Obrigat.	ESHT015-22	Oficina de Planejamento Urbano	4	Obrigat.
ESZT007-13	Oficina de Projeto Urbano	4	Opção Limitada	ESZT007-17	Oficina de Projeto Urbano	4	Opção Limitada	ESZT007-17	Oficina de Projeto Urbano	4	Opção Limitada
ESZT008-13	Patrimônio Cultural e Paisagem	4	Opção Limitada	ESZT008-17	Patrimônio Cultural e Paisagem	4	Opção Limitada	ESZT008-17	Patrimônio Cultural e Paisagem	4	Opção Limitada
ESZT009-13	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais	4	Opção Limitada	ESZT009-17	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais	4	Opção Limitada	ESZT009-17	Planejamento e Gestão de Redes Técnicas e Sistemas Territoriais	4	Opção Limitada
ESHT017-13	Planejamento e Política Ambiental	4	Obrigat.	ESHT017-17	Planejamento e Política Ambiental	4	Obrigat.	ESHT017-17	Planejamento e Política Ambiental	4	Obrigat.
ESHT018-13	Planejamento e Política Regional	4	Obrigat.	ESHT018-17	Planejamento e Política Regional	4	Obrigat.	ESHT018-17	Planejamento e Política Regional	4	Obrigat.

2012/2013				2017				2022			
Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria
ESHT019-13	Planejamento e Política Rural	4	Obrigat.	ESHT019-17	Planejamento e Política Rural	4	Obrigat.	ESHT019-17	Planejamento e Política Rural	4	Obrigat.
ESZT011-13	Política Habitacional	4	Opção Limitada	ESZT011-17	Política Habitacional	4	Opção Limitada	ESZT011-17	Política Habitacional	4	Opção Limitada
ESHT020-13	Política Metropolitana	4	Obrigat.	ESHT020-17	Política Metropolitana	4	Obrigat.	ESHT020-17	Política Metropolitana	4	Obrigat.
ESHT021-13	Política Urbana	4	Obrigat.	ESHT021-17	Política Urbana	4	Obrigat.	ESHT021-17	Política Urbana	4	Obrigat.
ESZT010-13	Políticas de Infraestrutura	4	Opção Limitada	ESZT010-17	Políticas de Infraestrutura	4	Opção Limitada	ESZT010-17	Políticas de Infraestrutura	4	Opção Limitada
CS3104	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil	4	Opção Limitada	ESZP009-13	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil	4	Opção Limitada	ESZP009-13	Políticas Públicas de Intervenção Territorial no Brasil	4	Opção Limitada
ESHX001-13	Políticas Sociais	4	Opção Limitada	ESHP018-14	Políticas Sociais	4	Opção Limitada	ESHP018-14	Políticas Sociais	4	Opção Limitada
ESZT020-17	Práticas Especiais do Planejamento Territorial	4	Opção Limitada	ESZT020-17	Práticas Especiais do Planejamento Territorial	4	Opção Limitada	ESZT020-17	Práticas Especiais do Planejamento Territorial	4	Opção Limitada
ESTU040-17	Projeto Ambiental Urbano	4	Opção Limitada	ESTU040-17	Projeto Ambiental Urbano	4	Opção Limitada	ESTU040-17	Projeto Ambiental Urbano	4	Opção Limitada
ESZR017-14	Regimes de Negociação Ambiental Internacional e a Atuação Brasileira	4	Opção Limitada	ESZR017-14	Regimes de Negociação Ambiental Internacional e a Atuação Brasileira	4	Opção Limitada	ESZR017-14	Regimes de Negociação Ambiental Internacional e a Atuação Brasileira	4	Opção Limitada

2012/2013				2017				2022			
Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria
ESHT022-13	Regulação Urbanística e Ambiental	2	Obrigat.	ESTU039-17	Regulação Ambiental e Urbanística	2	Obrigat.	ESTU039-17	Regulação Ambiental e Urbanística	2	Obrigat.
ESZU030-17	Riscos No Ambiente Urbano	4	Opção Limitada	ESZU030-17	Riscos No Ambiente Urbano	4	Opção Limitada	ESZU030-17	Riscos No Ambiente Urbano	4	Opção Limitada
ESZT012-13	Saneamento Ambiental	4	Opção Limitada	ESZT012-17	Saneamento Ambiental	4	Opção Limitada	ESZT012-17	Saneamento Ambiental	4	Opção Limitada
ESZT013-13	Segurança dos Territórios	4	Opção Limitada	ESZT013-17	Segurança dos Territórios	4	Opção Limitada	ESZT013-17	Segurança dos Territórios	4	Opção Limitada
ESZU017-17	Sensoriamento Remoto	4	Opção Limitada	ESZU017-17	Sensoriamento Remoto	4	Opção Limitada	ESZU017-17	Sensoriamento Remoto	4	Opção Limitada
ESHT023-13	Sociologia dos Territórios	4	Obrigat.	ESHT023-17	Sociologia dos Territórios	4	Obrigat.	ESHT023-17	Sociologia dos Territórios	4	Obrigat.
ESZT014-13	Sustentabilidade e Indicadores	4	Opção Limitada	ESZT014-17	Sustentabilidade e Indicadores	4	Opção Limitada	ESZT014-17	Sustentabilidade e Indicadores	4	Opção Limitada
ESZT015-13	Território e Logística	4	Opção Limitada	ESZT015-17	Território e Logística	4	Opção Limitada	ESZT015-17	Território e Logística	4	Opção Limitada
ESZT025-21	Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas para o Planejamento Territorial	4	Opção Limitada	ESZT025-21	Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas para o Planejamento Territorial	4	Opção Limitada	ESZT025-21	Tópicos Especiais em Métodos e Técnicas para o Planejamento Territorial	4	Opção Limitada

2012/2013				2017				2022			
Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria	Sigla	Disciplina	Créd.	Categoria
ESZT018-17	Tópicos Especiais em Planejamento Territorial	4	Opção Limitada	ESZT018-17	Tópicos Especiais em Planejamento Territorial	4	Opção Limitada	ESZT018-17	Tópicos Especiais em Planejamento Territorial	4	Opção Limitada
ESZT026-21	Tópicos Especiais em Políticas Setoriais no Território	4	Opção Limitada	ESZT026-21	Tópicos Especiais em Políticas Setoriais no Território	4	Opção Limitada	ESZT026-21	Tópicos Especiais em Políticas Setoriais no Território	4	Opção Limitada
CS1401	Trabalho de Conclusão de Curso de Planejamento Territorial I	2	Obrigat.	ESHT902-17	Trabalho de Conclusão de Curso I de Planejamento Territorial	2	Obrigat.	ESHT902-17	Trabalho de Conclusão de Curso I de Planejamento Territorial	2	Obrigat.
CS1402	Trabalho de Conclusão de Curso de Planejamento Territorial II	2	Obrigat.	ESHT903-17	Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial	2	Obrigat.	ESHT903-17	Trabalho de Conclusão de Curso II de Planejamento Territorial	2	Obrigat.
ESTU021-13	Transportes e Mobilidade Urbana	2	Opção Limitada	ESTU021-17	Transportes e Mobilidade Urbana	2	Opção Limitada	ESTU021-17	Transportes e Mobilidade Urbana	2	Opção Limitada
ESZT016-13	Urbanização Brasileira	4	Opção Limitada	ESZT016-17	Urbanização Brasileira	4	Opção Limitada	ESZT016-17	Urbanização Brasileira	4	Opção Limitada
ESHT024-13	Uso do Solo Urbano	4	Obrigat.	ESHT024-17	Uso do Solo Urbano	4	Obrigat.	ESHT024-17	Uso do Solo Urbano	4	Obrigat.
CS3105	Introdução à Análise Custo-Benefício de Políticas Públicas	4	Opção Limitada	CS3105	Introdução à Análise Custo-Benefício de Políticas Públicas	4	Opção Limitada	CS3105	Introdução à Análise Custo-Benefício de Políticas Públicas	4	Opção Limitada